

VOTO DE MINERVA
VOTO DA DECISÃO OU VOTO DA SABEDORIA?

JÚLIO CÉZAR MERIJ MÁRIO
SÉRGIO RODRIGUES DE SOUZA

**JÚLIO CÉZAR MERIJ MÁRIO
SÉRGIO RODRIGUES DE SOUZA**

**VOTO DE MINERVA
VOTO DA DECISÃO OU VOTO DA SABEDORIA?**

2ª Edição

Sérgio Rodrigues de Souza (Editor)

São Paulo - SP

2021

Voto de Minerva: Voto da Decisão ou Voto da Sabedoria?

2021 Júlio César Merij Mário & Sérgio Rodrigues de Souza

juliomerij@gmail.com

Sergiorodrigues52@hotmail.com

Copyright by Júlio César Merij Mário & Sérgio Rodrigues de Souza

Edição

Instituto Educacional Athena LTDA.

Editores responsáveis

Dr.C. Sérgio Rodrigues de Souza

Dr. C. Júlio César Merij Mário

Comitê Científico

Dr.C. María del Carmen Fernández Morales

Dr.C. Angel Rafael Mariño Castellanos

Dr.C. Miguel Francisco Perez Bejerano

Dr.C. Luiz Eligio Martely

Dr.C. Mercedes Keeling Álvarez

Dr^a. Maria Lúcia Pizzaia de Souza

Dr. Pedro Riguette

Comitê de Revisão

MSc. Adébio Ribeiro de Jesus Lisboa

MSc. Mônica Nadja Silva d'Almeida Caniçali

MSc. Elaine Cristina de Oliveira

Dr. Sérgio Rodrigues de Souza

Publicação e Impressão

Editora PerSe Ltda. (São Paulo - SP)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA
PUBLICAÇÃO (CIP)
Sérgio Rodrigues de Souza (Editor)

SM13f

MÁRIO, Júlio César Merij; SOUZA, Sérgio
Rodrigues de.

Voto de Minerva: Voto da Decisão ou
Voto da Sabedoria? 2. Ed. São Paulo:
Editora PerSe, 2019 - 89p.

2ª Edição - Revista, atualizada e ampliada.

1. Literatura Maçônica 2. Filosofia Maçônica
3. Mitologia 4. História 5. Reflexão
Espiritual e Psicológica - Brasil

I. Autores

II. Título

ISBN: 978-85-924902-0-1

CDD - 100

CDU - 13

Agradecemos, imensamente, aos valorosos Ir.. da Aug.. e Respeit.. Loj.. Simb..
União Mutuense 17 de Maio, nº 1064 e Augusta e Respeitável Loja Simbólica
James Anderson nº 100-Oriente de Vitória, Estado do ES por todos os
ensinamentos que respectivamente puderam compartilhar conosco. (Ir.. Sérgio -
Ir.. Júlio)

Dedico este livro a todos que com plena sabedoria exercem o poder da tomada de decisão (Ir.º. Júlio).

Dedico este livro ao Poderoso Ir.º. Júlio César Merij Mário, a quem só tenho a agradecer por seu apoio e amizade incondicionais em todos estes tempos (Ir.º. Sérgio).

“(...) Então fiquei meditando: ‘Ora, aqui estou eu com tanto conhecimento acumulado que ultrapassa a sabedoria dos meus predecessores em Jerusalém; minha mente alcançou o ponto mais alto do entendimento e do saber. Por esse motivo me esforcei ao máximo para compreender a sabedoria, bem como a loucura e a insensatez; contudo, o que aprendi, de fato, é que isso igualmente é correr atrás do vento’. Afinal, quanto maior o saber, maior o sofrimento; e quanto maior o entendimento maior o desgosto.” (Eclesiastes 1:16-18)

INTRODUÇÃO

Desde que surgiu na natureza, o ser humano vive seus dilemas com relação a tomadas de decisões, sendo a primeira delas, a decisão de correr ou permanecer parado, quando sobressaltado por algum barulho que pudesse ser compreendido como uma advertência dado o seu elevado grau de ignorância sobre o desconhecido, a opção sempre foi por sair correndo.

Neste aspecto, sua vida inteira foi e continua a ser marcada por constantes incertezas, vivendo sem saber se os caminhos que escolheu são ou serão bons para si e para os seus. Até mesmo o passado assombra o pensamento humano com suas indecisões acerca do que *poderia* ter ocorrido caso houvesse tomado uma ou outra decisão; agido de forma diferente da que fez. Que consequências adviriam, caso houvesse decidido seguir por outro caminho. O mais impressionante é que as decisões continuam sendo tomadas muito mais fundamentadas em sua condição de ignorância, portanto, fundamentada sobre o medo, do que sobre o domínio consciente e intelectual que detém sobre qualquer coisa tangível.

Tais elucubrações [*porque não passam disto*], não são fortuitas, porque a começar que o vocábulo decisão tem origem latina, *decidere*, que quer dizer, literalmente, *cortar*. Com isto, uma vez tomada uma determinada decisão esta torna-se irrevogável do ponto de vista filosófico, porque já não tem mais como unir as partes sem a mostra de uma cisão, indicando que houve uma ruptura em dado momento histórico.

As decisões cotidianas mais simples exercem um peso *ad absurdum* sobre os seres humanos, mas, as que mais pesaram sobre seus ombros pela história foram as decisões judiciais em que a vida do condenado pesava nas

mãos de umas poucas pessoas. Por este motivo, os juízes deveriam atuar com a mais extremada sapiência, analisando detidamente, as alegações apresentadas por ambas as partes litigantes, pelo fato de que se considerado culpado o réu não teria uma oportunidade de redenção, porque tanto a morte quanto o desterro (o exílio) eram condenações impiedosas, irrecorríveis.

Em Atenas, a cidade grega onde floresceu todo o pensamento mais sofisticado e amplo, criou-se o primeiro tribunal de justiça em que ao condenado era permitido a exposição das motivações que o haviam conduzido à prática do delito pelo qual estava sendo julgado, fazendo-se ser ouvido e, desta forma, esperava ser julgado sem preocupar-se com a conveniência do magistrado que presidia ao seu destino, através do tribunal.

Neste primeiro tribunal de júri, montado para exercer o juízo sobre um réu acusado de assassinato, um ato de matricídio, nasceu o muito conhecido *Voto de Minerva*. Ele surge como algo deliberado, alçado pelo poder decisório absoluto de alguém, a Deusa Soberana da Cidade e sua forma de vir à luz é permitir que a cidade julgue com sabedoria e razão os delitos e crimes de seus cidadãos. Tal ação pode funcionar muito bem para a proteção dos direitos considerados naturais e mesmo para aqueles considerados artificiais, produtos do avanço da conscientização e da construção de um tipo de governo mais aberto ao diálogo com o povo, com o tempo, com a cultura, descentralizado em suas formas de se processar a existência em meio a outros.

A Sereníssima Deusa Palas Athená impõe à cidade que protegia, uma nova ordem, que tornou-se uma forma mais justa e equilibrada de juízo para com os casos de violência que se abatia sobre a cidade. Com este tribunal, tem-se fim os juízos sumários e um árbitro é nomeado para

que se faça valer o direito a um julgamento equilibrado entre as partes litigantes. Esta atitude representou uma revolução de imensas proporções em seu tempo, não tanto pelo caso único em que um assassinato de sangue fora absolvido, mas pelas implicações que isto traria para a ordem social.

Heráclito já afirmava que “nenhuma mudança ocorre sem guerra”¹ e esta não foi diferente, porque as forças ctônicas que governavam a cidade temiam com esta decisão que surgisse, novamente, o caos na cidade, em que todos poderiam exterminar a todos e tais ações seriam levemente julgadas sem propósito de um juízo legal, que seria a expiação da culpa pelo delito cometido.

Este é um pensamento pertinente para aquele momento, porque havia também, em curso, o embate entre a Democracia e a Aristocracia, e a Deusa Athena, estava aliada ao pensamento democrático, enquanto as fúrias, criaturas que haviam até ali, guardado o direito de proteção da Pólis, impondo o terror e o medo absolutos sobre todos, não via com bons olhos aquela nova ordem que se impunha sobre a cidade.

Heráclito já defendia o argumento de que nenhuma mudança acontece sem guerra. Por esta expressão não está implícito a violência armada, mas uma ferocidade leonina entre as partes litigantes, porque ambos os grupos mostram-se radicais em suas campanhas de defesa. Um defende que o progresso deva sempre acontecer sob novo ordenamento comportamental e de outro lado, teme-se a perda de privilégios e de controle, porque está posta aí uma situação para a qual se desconhece as razões, entendo por esta expressão, todos os limites, as possibilidades e as potencialidades e quais os valores subjetivos que poderão determiná-las.

¹ Heráclito (540-470 a.C.), pensador grego, considerado como pré-socrático.

Esta mudança de pensamento na cidade de Atenas terminou por representar a maior transformação histórica que a humanidade já teve a oportunidade de experimentar e, sem ela, não seria possível alcançar o grande mérito da Democracia que surgiria tempos depois, como forma de pensamento político e com o surgimento dos Sofistas e o consequente enfraquecimento do regime do Arcontado-Rei, esta se transforma em regime oficial de governo na Pólis, sobrevivendo até os dias atuais e em nome do qual e pela busca do mesmo, muito sangue foi derramado.

O que se discute e que deve ser bastante claro é o fato de que com o surgimento dos retóricos, que não encontraram apoio na cidade de Siracusa, região da Magna Grécia e então são recebidos na Pólis de Atenas, porque os gregos atenienses gostavam da boa eloquência e do discurso realizado com paixão. Para o grego, a estética estava acima de tudo, porque presumia perfeição e esta somente os deuses a possuíam e quando aparecia um humano que a demonstrava em suas ações, isto era motivo de grande admiração. Mas, como Freud (1854-1939) disse em 1905, quando desembarcou nos Estados Unidos da América para uma série de conferências: “Eles nem imaginam que lhes trago a peste!”², os oradores e retóricos fizeram o mesmo com a cultura da cidade de Atenas, porque uma vez que o homem conheceu a outra face da verdade, jamais ousou aceitar as coisas como elas eram postas a si, sem questioná-las e isto levou à formação de uma nova mentalidade política, o cidadão comum queria fazer-se ouvido, tomar partido nas decisões da Pólis. No entanto, isto exigia um poder moderador, haja visto que a situação já tornava-se insustentável, porque a Aristocracia não se importaria em usar a força para ter de volta o seu poder

² JONES, Ernest. *Vida e obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

soberano e absoluto sobre a Cidade e o povo, já não aceitaria tal condição sem rebelar-se, o que viria a resultar, fatalmente, em guerra civil e revolução sangrenta.

A Sereníssima Deusa da Sabedoria, antevendo o avanço estrutural que mostrava-se impossível de ser detido, aproveita uma situação inusitada e instaura, para além de um tribunal de júri, um poder que serviria como o guardião das leis, da justiça e dos costumes da Pólis, cabendo a eles interpor juízo em caso de transgressão, a fim de que a essência da Cidade fosse mantida. Isto faz com surja diversos preceitos jurisprudenciais, como o princípio da equidade, possibilitando a instauração e a fomentação do princípio democrático nas colônias gregas sob domínio de Atenas, chegando até os dias atuais, passando por diversos pensadores que, nada mais fizeram do que repetir os ideais estabelecidos pela Deusa Palas Athena, esclarecendo os pontos que tornaram-se ainda mais incompreensíveis, graças ao domínio da Igreja Católica sobre o Ocidente por mais de um milênio inteiro e afirmando a soberania dos poderes que constituem o regime democrático de direito, bem como instituindo novas regras, de acordo com cada sociedade, em particular.

Como os gregos metaforizaram e ilustraram todos os produtos, nascidos de sua esplendorosa criatividade, com o surgimento do Poder Moderador não poderia ser diferente e aproveita-se de um caso emblemático de matricídio, um crime gravíssimo para a época, em questão, porque ainda se estava sob o regime do matriarcado, e com base neste evento singular, tem-se um preceito para se criar uma corte que, daquele momento em diante seria eternizada, com poderes amplos de juízo sobre toda a Pólis, determinando os rumos do novo sistema político que ousava vir à luz.

A Deusa Palas Athena presidiu pessoalmente ao julgamento de Orestes e no mesmo encontravam-se ainda

Febo Apolo, representando a nova ordem e as Fúrias, representando a velha tradição de juízo a *Lex talione*. Mesmo Orestes sendo absolvido pelo Tribunal de Ares, as Erínias não o deixaram de perseguir, porque não se tratava de ser absolvido pela Pólis, havia toda uma tradição que demoraria muitos anos para que fosse diluída e inserida em seu lugar uma nova forma de se pensar a lei e a ordem para a Cidade, esta que seria apresentada por Górgias, em seu discurso intitulado *Elogia à Helena*³.

O *Voto de Minerva* ficou conhecido no mundo moderno a partir do mito relacionado à deusa Palas Athená (deusa grega da Sabedoria), que montou um tribunal de justiça na Montanha de Ares, este que ficou conhecido como *Areópago* e participou como presidente do julgamento de Orestes, um matricida sobrecarregado por um assombro e terrível sentimento de culpa por haver cometido um crime de sangue e não havendo consenso, entre o corpo de juízes, acerca de sua culpabilidade ou de sua inocência, deu seu voto como elemento decisivo optando, por meio deste, em favor do réu, inocentando-o publicamente, por seu crime.

Na cultura moderna, o termo *Voto de Minerva* é tratado, levemente, como voto de decisão, como se tudo fosse obrigado a ter um veredito imediato e as coisas, um fim imediato. Sobre isto, pesa uma pergunta sobre quem imbuíu de tal poder as pessoas que dizem a plenos pulmões que irão exercer tal ato. O mundo anda abarrotado de pessoas que auto intitulam-se polícias, como se fossem

³ “O Elogio de Helena é, provavelmente, o texto de Górgias mais traduzido e/ou citado entre os comentadores do autor, seja por um viés mais filosófico ou literário. O tema do discurso é, portanto, bem conhecido: trata-se de um elogio feito à Helena com o intuito de isentá-la da culpa de ter causado a guerra entre gregos e troianos e provar sua inocência, mostrando que qualquer uma das quatro razões (necessidade do destino, violência física, persuasão do discurso ou força do amor) que a teriam feito seguir Páris é suscetível de inocentá-la” (CAVALCANTE, Gabrielle. *Revista Est. Fil. e Hist. da Antiguidade*, Campinas, nº 32, pp. 193-200, jan-dez 2018).

dotadas de poder sacerdotal, porém, estas são ações inexecutáveis, porque não foi visto, até o presente momento, por ninguém que esteja em tais condições manifestas de suas faculdades mentais, sequer um único deus conferir qualquer poder legítimo a um humano sobre os seus iguais.

Podemos aqui deduzir que este termo como elemento de decisão final, tenha tomado tal denotação pela famigerada forma de gestão do tempo que acometeu o Século XX e continua a contaminar, impiedosamente, o século XXI, onde as decisões devem ser tomadas de forma rápida, a fim de *não se perder tempo...*, porque tempo representa dinheiro. Mas, nós Ir.., não podemos perdermos nesta idiossincrasia profana, porque o tempo maçônico não é semelhante ao tempo profano.

O Maçom, por excelência, age de acordo e dentro dos moldes da mais sublime sabedoria, entregando-se ao princípio filosófico da reflexão como elemento capaz de proporcionar o mais perfeito entendimento sobre as coisas, fatos e fenômenos que envolvem a existência humana.

Quando em uma assembleia, esta não chega a um consenso sobre determinado assunto, se o líder decide pelo grupo, ele está a agir despoticamente, o que representa um terrível paradoxo para a Ordem Maçônica, uma vez que a Maçonaria combate com tanta veemência os abusos de autoridade e a vaidade imposta ao homem pelo poder. E aqui utilizamos o termo *paradoxo*, porque mesmo ela tem agido assim..., contrariando um de seus mais dogmáticos e principais ensinamentos e princípios.

No caso da Deusa Palas Athena, havia toda uma conjuntura que envolvia o julgamento de Orestes e que o interesse mantido por detrás da peça era a mudança na estrutura do pensamento político vigente. Era um momento complexo e ainda estava em plena ação uma guerra de estratégia política, atitude bem típica da Sereníssima Palas,

acostumada a superar os seus inimigos e adversários sem nenhum derramamento de sangue, dado que a Diplomacia fora uma de suas muitas dádivas que foram legadas aos humanos.

Aproveitando-se da situação inusitada, ela ergue o Areópago, o Tribunal de Ares, situado bem na montanha consagrada ao Deus da Guerra, porque assim confiava à Família que o representava, uma parte do poder sobre a Pólis, em um acordo estratégico e que definiria o futuro das relações políticas de aí pela história afora.

A Sereníssima Deusa Palas Athená tomava suas decisões pautadas na mais extrema sabedoria, uma vez que surge em um momento complicado da história da Grécia, a saber, a implantação do regime democrático, este que se mostraria como o sistema de governo mais complexo que a humanidade teria acesso, especialmente devido à imensa volatilidade dos cidadãos.

Este é o ponto mais interessante de uma análise estratégica e dirigir grupos é a tarefa mais difícil que já incutiram ao ser humano, porque desde que o primeiro macho-alfa assumiu a liderança de seu grupo, ainda em meio à situação de selva e selvageria, teve que agir com sabedoria e quanto mais sua autoridade se tornava mais poderosa sobre todos, mais esta exigência se elevava, porque todos os membros do clã passaram a contar com sua força intelectual, com sua sabedoria para agirem e esta condição colocava-lhe sob duas situações diretas distintas, completamente paradoxais: Quando se tinha êxito nas emboscadas de caça, de guerra, de conflito ele era exaltado como a um deus; no entanto, quando a coisa descambava e tudo dava errado, a culpa recaía sobre si, custando-lhe até mesmo a vida, sendo substituído por um rival que estava já a fomentar a sua desgraça e aguardando ansioso por ela.

A posição ocupada era de extremo perigo, porque, se por acaso não avança em grandes aventuras, era considerado como um covarde, colocando-se em risco de ser deposto e se fosse muito ousado, faria com que não o desejassem no controle por não conhecer a justa medida de ação da tribo. Portanto, ter sabedoria neste momento significava conhecer bem os ânimos dos liderados, tanto para uma coisa quanto para outra.

Ter conhecimento sobre uma causa é entendido como sabedoria mesmo nos dias atuais, em que o vocábulo já sofreu severas mutações nas formas de expressão e sentido conceptual. Mesmo que ao dizer isto, possa estar entrando em uma construção complexa de conceitos, mas toda palavra deve ser compreendida a partir de seu sentido semântico original, a fim de que se possa aproximar-se de um entendimento de sua variação ao longo dos tempos e nas diversas culturas onde se é utilizada.

A forma como cada palavra é disposta diz sobre o que se pretende com sua imposição sobre o sistema e, no caso mais definido, neste estudo, que é a Sabedoria, ainda continua podendo ser interpretada como Conhecimento, da mesma forma que o era no pensamento grego clássico, sabendo que, mesmo para eles, atuar com sabedoria implicava, também, em agir com prudência, com cautela, com a justa medida e moderação que cada situação, em particular, exigia.

A questão que se coloca, aqui, é de duplo sentido, tratando-se de *ter sabedoria*, o que consistia em possuir conhecimento e *atuar com sabedoria* que representava a prática da ação com ponderação e justeza de espírito. Isto, em todas as culturas, sobreexiste esta dupla interpretação semântica da questão em torno do assunto tratado quando colocado como parte do pensamento político ao público, especialmente, se esteja a julgar a coisa pública [*a res*

publica] e todos os envolvidos, direta e indiretamente, considerando que todos, indistintamente, serão afetados pela decisão do julgador.

Ao se eleger um venerável, este ocupa a *Cadeira de Salomão*, ou seja, a *Cadeira da Sabedoria*, logo, espera-se que este aja como o próprio Rei Sábio e com a justa sabedoria que lhe faz jus. E sendo a Maçonaria, o ambiente mais democrático que tem-se conhecimento, as decisões devem ser sempre da Assembleia, considerando, ainda, que um dos maiores preceitos maçônicos é o de que a *Assembléia é Soberana*, logo, o Voto de Minerva deve ser o momento em que o Venerável Mestre utiliza toda a sua sabedoria a fim de conduzir os trabalhos dentro dos preceitos mais democráticos possíveis, permitindo que as dúvidas sejam dirimidas pelo exercício da reflexão, ainda que esta não apresente a celeridade com que o mundo moderno passou a exigir de todos, indistintamente. Nunca se pode perder de vista que o Tempo maçônico é distinto do tempo profano.

A assembleia representa o homem, o corpo humano. Logo, se esta encontra-se dividida, em dúvida, não cabendo a um único indivíduo tomar as decisões por ela, porque tal ação representaria uma ação tirânica. O ideal seria que este encontrasse uma justa medida para o seu julgamento, coisa que somente advém com o devido tempo e após muita reflexão, o que nos leva a concluir que resolver um problema que gerou indecisão em todo o grupo por meio de um simples gesto de voto não quer dizer que houve solução equânime e muito menos que houve compreensão e aceitação por parte do grupo. Houve, tão somente, *mando e obediência!* Portanto, uma ação arbitrária!

Quando a Deusa Athená, após ouvir a sentença dos doze juízes e ver que houve um empate em suas decisões, ou seja, não existiu um consenso quanto à culpa do réu,

nem quanto à sua inocência, ela decidiu votar fazendo uso de sua sabedoria. A começar que logo de início já utilizou de tal, porque afirma: Serei a última a pronunciar o meu voto! Com isto demonstra que somente poderá opinar após ouvir com extrema clareza e imparcialidade o que as partes (acusado e acusadores) teriam a apresentar.

Outra passagem histórica que lembra muito bem tal situação de juízo é o julgamento de Maria Madalena, acusada de ter sido pega em flagrante de adultério e, portanto, seria apedrejada, momento em que Jesus, o Cristo, intervém a seu favor.

As pessoas ali já estavam certas de sua culpa; ao menos era o que aparentava; ele, porém, levou a todos a realizar uma reflexão acerca do juízo que faziam por meio de uma provocação, o que por fim, conduziu a todos a um voto de sabedoria acerca da culpabilidade ou da inocência daquela mulher. Ao fim, ele a pergunta: Onde estão as pessoas que te condenavam? Ela responde que, *todos* haviam ido embora. Ao que ele lhe responde: “Já que ninguém te condena, eu também não a condeno!”

A palavra decisão deriva do latim *decidere* e quer dizer, literalmente, cortar. Uma vez decidido não há mais como voltar atrás na mesma. Quando o Rei Salomão tomava uma decisão esta era baseada na sabedoria, na reflexão, após ouvir e observar, atentamente, as partes litigantes. Podemos concluir, a partir disto, que o *Voto de Minerva* dado por ele tinha sempre o cunho de *Voto da Sabedoria*.

Mas, aqui o que discutimos é o poder acerca do qual reveste-se certas pessoas e crêem na condição de decidir coisas profundas e pesadas, de intensa complexidade, simplesmente, porque os outros encontram-se indecisos acerca da matéria exposta. E pior, decidem tendo como base a posição social e hierárquica que ocupam, não porque

possuem o bom senso e a qualidade da reflexão e do perfeito juízo acerca das coisas. Os que assim atuam, julgam-se figuras messiânicas imbuídas de todo um poder sacerdotal que foram dadas a elas, diretamente, por alguma força misteriosa e tão somente por este motivo podem tornar-se juizes dos valores alheios.

No judaísmo, se um réu, quando julgado, termina condenado, unanimemente, por todos os juizes presentes, o julgamento é cancelado e ele é absolvido, porque, segundo eles, é impossível a todos chegarem a um consenso sobre a culpa de alguém. Nenhum processo se tão transparente a que não deixe dúvidas em algum ponto específico de si.

O ser humano, por natureza é uma figura dual. Seu senso de juízo varia muito de acordo com o que ouve, com o que vê, com o que sente e ainda muito mais influenciado é pelas experiências por que foi atravessado, ao longo de sua existência. Ainda que todos os fatos apresentados sobre algo sejam contundentes, é do homem a dúvida, a incerteza, o que sempre o conduz a profundas reflexões. E como afirmou Sócrates em seu julgamento: “o maior bem para um homem é justamente este, falar todos os dias sobre a virtude e os outros argumentos sobre os quais me ouvistes raciocinar, examinando a mim mesmo e aos outros, e, uma vida sem esse exame não é digna de ser vivida.”⁴

Sócrates concebe aqui que o valor máximo da vida está em vivê-la à luz da sabedoria e da razão, buscando os motivos conscientes e ainda os mais inconscientes que levam o ser humano a agir de uma maneira e não de outra, tendo em conta que ao homem cabe fazer sempre o bem e evitar fazer o mal quando tiver oportunidade para tanto, o que caracterizaria uma atitude virtuosa.

⁴ Cf. PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

Quanto mais o homem se dedica a uma existência pautada na reflexão dos seus atos e a julgá-los à luz dos preceitos da tradição e do juízo de fé pública, mais aproxima-se do sumo bem, que é a sua caracterização como imagem e semelhança de Deus-Pai. Logo, há que sempre manter viva a condição existencial do conflito, considerando que é a partir dele que se tem a oportunidade de novos ganhos em termos epistemológicos.

O Voto de Minerva da forma como tem sido utilizado na maioria das entidades civis e, por vezes, mesmo dentro da Maçonaria, deixa muito explícito o posicionamento do líder. E este não preocupa-se em esclarecer sua decisão, ficando, por vezes, irritadiço quando questionado acerca do porquê de sua ação, respondendo, quando convém a sua pessoa que sua posição permite-lhe tomar decisões e não dar explicações a ninguém.

Esta não deve ser a atitude de um democrata, de um líder. Tal postura representa imaturidade e incoerência com os ensinamentos sagrados. E muito mais, somente por esta atitude já demonstrou a Assembleia falta de sabedoria ao elegê-lo como líder, mas ela não tem como reconhecer um tirano até ter experimentado a sua condição de comandante e ele tido a oportunidade de expressar toda a sua vaidade e arrogância sobre os demais. Mas, da mesma forma que detém poder para angariar poder deve ter para tomar-lhe por meio da decisão sábia e honesta de seus membros, considerando que incorreu, ainda, em *hybris*⁵, por agir despótica e arrogantemente.

⁵ *Hybris* é um conceito grego que pode ser traduzido como “tudo que passa da medida; descomedimento” e que atualmente alude a uma confiança excessiva, um orgulho exagerado, presunção, arrogância ou insolência (originalmente contra os deuses), que com frequência termina sendo punida. Na Antiga Grécia, aludia a um desprezo temerário pelo espaço pessoal alheio, unido à falta de controlo sobre os próprios impulsos, sendo um sentimento violento inspirado pelas paixões exageradas, consideradas doenças pelo seu caráter irracional e desequilibrado, e

Muitos gestores [*que não são e nem jamais serão líderes de ninguém e nem de nada*] apressam em tomar decisões arbitrárias, porque sabe muito bem que as chances de suas ideias serem aceitas de modo transparente pelos seus pares é nula ou quase nula. Daí se arvora no sentido de atropelar todos os mecanismos político-democráticos que coordenam as situações de organização social, o que é muito ruim para a coesão grupal que deve [*ou mesmo que deveria*] existir em determinadas sociedades, especialmente entre aquelas em que o desenvolvimento do pensamento erudito influencia a condição de vida de inúmeros outros indivíduos.

O poder foi comparado por E. Durkheim à esfinge de Tebas que foi vencida por Édipo e, este herói foi o único que a superou e ao seu desafio. Antes dele e depois dele, vale as palavras do sábio judeu Qohélet, *vaidade de vaidade*, sendo este o único sentimento que comanda a existência humana, levando o ser humano a corromper-se e a todos à sua volta para que, assim, possa continuar a governar e também a agir despoticamente e isto, somente ocorre, não por causa de sua vaidade e desejo absoluto de domínio absoluto; mas, porque ignora sua condição espiritual, sempre crendo estar no controle de tudo e, o simples fato de negar uma análise individual já demonstra que não possui condições para enfrentar e muito menos para superar o

concretamente por Até (a fúria ou o orgulho). Opõe-se à *sófrosine*, a virtude da prudência, do bom senso e do comedimento. O castigo dos deuses para a *hybris* é a *nêmesis*, que tem como efeito fazer o indivíduo retornar aos limites que transgrediu. Podes observar como a divindade fulmina com os seus raios os seres que sobressaem demais, sem permitir que se jactem da sua condição; por outro lado, os pequenos não despertam as suas iras. Podes observar também como sempre lança os seus dardos desde o céu contra os maiores edifícios e as árvores mais altas, pois a divindade tende a abater todo o que descola em demasia (Heródoto, *História VIII*, 10).

Fonte: FISHER, Nick. *Hybris: a study in the values of honour and shame in Ancient Greece*, Warminster, Reino Unido: Aris & Phillips, 1992.

demônio que ir-se-á defrontar. Assim, melhor permanecer na prepotência de sua crença. E, para sempre se sustenta esta postura ocultando a condição clássica de sociopatia que envenena, sutilmente, o espírito da maioria dos grandes empreendedores, especialmente daqueles indivíduos que decidem assumir o comando direto da Coisa Pública.

Estas figuras tomam o Voto de Minerva como uma arma que representa sua forma de decidir em nome de todos os indecisos, estes criados por ele mesmo, sempre mascarando os dados que se mostram abertos a todos. São verdadeiros monstros que, o melhor que fazem é manipular as coisas e a opinião das pessoas, quando não elas mesmas, fazendo com que tudo o que apresentam como decisão democrática é um eufemismo de sua vaidade.

O JULGAMENTO DE ORESTES

Orestes era filho de Agamêmnon e Clitemnestra e irmão de Ifigênia e Electra. Agamêmnon, durante o cerco à cidade de Tróia, atendendo a um oráculo da deusa Artemis, por ter uma águia de Zeus capturado uma coelha prenhe, sacrificou sua filha Ifigênia para ter de volta ventos favoráveis.

Clitemnestra, como vingança por sua filha, une-se a seu cunhado e trama a morte do marido, um rei grego, o que é reclamado em vingança por sua outra filha Electra, esta que convence Orestes a assassinar a própria mãe, como vingança pela morte do pai.

Após o crime contra sua mãe, Orestes passa a ser perseguido pelas Fúrias, e em busca de uma cura, vai até o Oráculo de Delfos, onde Apolo Pítio lhe comunica através da Pitonisa que deve dirigir-se à cidade de Atenas para ser julgado e que, somente, após isto poderia ter de volta a sua paz de espírito.

Palas Athená, deusa soberana da cidade de Atenas, instituiu, assim, o Areópago⁶, para julgar a Orestes que sofria dos nervos com a morte de sua mãe e seu tio. Este havia assassinado a própria mãe e seu amante para vingar o pai. Como as Fúrias não o deixassem em paz, os oráculos

⁶ O *Areópago* constituía-se de um conselho de membros da aristocracia ateniense, cujas atribuições, enquanto instância dos diferentes tipos de governo pelos quais Atenas passou, sofreram alterações ao longo do tempo. Entre seus membros, invariavelmente, eram escolhidos alguns que receberiam o título de arconte (uma espécie de “rei” ou “governante”), cada um responsável por um aspecto diferente do governo de Atenas. O nome “areópago” é a adaptação de *areopagus* (ou *Areios Pagos*, de “Ἄρειος πάγος”), que significa algo como “Colina de Ares”, em referência ao deus grego da guerra grego. Tal referência se deve ao fato de os membros do Areópago, por serem aristocratas, cumprirem em geral a função de guerreiros de elite em tempos bélicos, responsáveis pela proteção da cidade. No período democrático, o areópago cumpria a função de um tribunal constituído por arcontes que, era responsável pelos julgamentos dos crimes de homicídio premeditado, envenenamento e incêndio, entre outros.

o orientaram para ir para Atenas, a fim de ser julgado. A deusa Athená, em pessoa, foi quem presidiu ao julgamento, que terminou empatado quanto à decisão dos juízes. Coube à Deusa dar o seu voto como veredicto final, absolvendo o jovem. Este ficou conhecido como o ‘*Voto de Minerva*’, uma vez que em Roma ela recebeu este nome.

A deusa Athená pronuncia a Orestes:

“Orestes, uma vez já o salvei
Quando fui árbitro das colinas de Ares
E rompi o nó votando em seu favor.
Que agora seja lei: aquele que obtém
Um veredicto igualmente repartido ganha
Sem causa.”⁷ (Eurípides, *Ifigênia em Taurus*, 1471-1475).

No sistema matriarcal, que é o sistema que reinou até a oficialização da religião paternalista, os laços de sangue eram apenas com as mães. Os homens, nada mais que faziam além de depositar a semente no seio da mãe. Por isto que, Clitemnestra, ao assassinar Agamêmnon, não é perseguida pelas Fúrias, nem este o é também pelo sacrifício de sua filha Ifigênia, porém Orestes o é pelas Fúrias quando assassina sua mãe.

Aqui, há que esclarecer as ponderações para que não se avancem pelo tempo como confusas e/ou incompreensíveis em suas considerações. O sistema era *matriarcal* e não feminino; logo, a condição de maternidade, de gestar, de dar à luz a uma criança era o rito de passagem para que uma mulher pudesse arvorar-se no sentido de receber a proteção do sistema. Agamêmnon mata uma mulher, não uma mãe; já o contrário de seu filho.

⁷ Eurípides. *Ifigênia em Taurida*, 1471-1475.

O julgamento de Orestes na cidade de Atenas, mostra o terrível duelo entre o sistema matriarcal, tentando sobreviver e o sistema patriarcal, tentando impor-se. Para o *matriarcado*, o pai, seja ele quem for apenas deposita a semente na mulher, como um lavrador anônimo que semeia a terra. Já para o *patriarcado*, a mulher é, assim como a terra, apenas depositária da semente, sendo, portanto, o pai o grande responsável pelo que brota, enquanto a mãe, forma, matriz fria e passiva não gera, apenas alimenta o germe nela semeado.

Quando Orestes indaga ao coro porque as Erínias não perseguiram sua mãe Clitemnestra ao matar seu pai, este afirma não ter sido cometido crime contra o sangue, ao que ele prontamente indaga: “e eu seria, por acaso, do sangue de minha mãe?” Indignadas, as Erínias perguntam: “Não foi ela, assassino, quem te alimentou em seu seio? Renegas o dulcíssimo sangue materno?”

Em termos sociológicos já vê-se aqui que a cultura já não considerava a mãe como tendo parte na transmissão de caracteres genéticos ao filho que gerara em seu útero. Ela, “a mãe não possui nenhuma função geradora. O útero é *[tão somente]* um saco vazio onde a semente se desenvolve independente da cooperação ou desejo da mulher. Ela fica estranha ao fenômeno da gestação, que passa a ser atribuído ao agente exclusivo que é o pai.”⁸ E, ao mesmo tempo as Erínias se defendem usando outro aspecto sociológico muito forte na cultura grega que era a questão do aleitamento materno que se cria que ao amamentar a nutriz passava à criança seus valores intrínsecos.

Nota-se que o aleitamento materno, na Grécia, era, ainda, uma imposição mantida sobrevivida de um tempo em que as mulheres eram todo-poderosas. O Estado subtraía-

⁸ SAMPAIO, Fernando G. *As Amazonas*. São Paulo: Aquarius, 1970, p. 89.

lhes o filho quando este completava sete anos de idade. Athená cria o equilíbrio entre as crianças do sexo masculino e feminino, ao adotar Erictônio, um filho da Terra que fora abandonado por sua mãe, por ser produto de uma violência sexual, dando um sentido *ad hominis* na preservação das crianças.

“Fazendo uso de um discurso eloquente Apolo negou a importância da maternidade, afirmando que a mulher não era mais que o sulco inerte em que o marido deposita sua semente e declarou [*ainda*] que a ação de Orestes estava amplamente justificada e que o pai era o único progenitor merecedor desse nome. Como os votos se dividiram em partes iguais, Athená se declarou completamente em favor do pai e seu voto decisivo favoreceu a Orestes.”⁹

--- Orestes, filho de Agamêmnon e Clitemnestra! - disse a deusa Athená, pondo-se em pé, ao alto da tribuna. -- - Você está agora diante dos doze juízes deste Areópago para que responda à acusação de ter dado morte cruel à sua própria mãe.

O acusado ergueu-se, vacilante, e deu um passo adiante. Atrás dele, contidas a custo por Apolo, o defensor de Orestes, estavam três horrendas figuras que, com os braços estendidos, procuravam agarrar e dilacerar o réu.

Eram as Erínias, divindades infernais do ódio, da vingança e da justiça. Virgens caçadoras, eram filhas da Noite e viviam no Tártaro, nas profundezas. Possuíam asas rápidas e horrenda fisionomia. Eram três: Megera, que personificava a inveja e o ódio, Tisífone, que açoitava os

⁹ *En lo original:* En un discurso elocuente Apolo negó la importancia de la maternidad, afirmando que la mujer no era más que el surco inerte en el que el marido deposita su semilla y declaró que la acción de Orestes estaba sobradamente justificada y que el padre era el único progenitor merecedor de ese nombre. Como los votos se dividieron en partes iguales, Atenea se declaró completamente en favor del padre y su voto decisivo favoreció a Orestes. (GRAVES, Robert. *Los Mitos Griegos I*, 1985, [s.e.], p.45)

mortais com seu chicote, e Alecto, a mais terrível, que personificava a vingança.

--- Para trás! - exclamou Athená, algo impaciente, às selvagens criaturas. - Cessem por um momento a sua ira, para que ouçamos o que o réu tem a dizer em sua defesa.

--- O que pode dizer o assassino da própria mãe? - exclamou Tisífone, fazendo estalar o seu chicote de cobras trançadas sobre as costas do acusado.

--- Sim...! - acrescentou Alecto, outra das terríveis Erínias, aproximando o facho do rosto do acusado. - Vamos inaugurar entre nós, então, o insano costume de conceder perdão aos parricidas?

--- Irrisão! - gritou Megera, a terceira das irmãs infernais, com os olhos raiados de sangue. --- Malditos todos aqueles que tomarem o partido deste cão odioso!

--- Basta, filhas do Tártaro! - disse Athená, silenciando as três. --- Quero ouvir, a partir de agora, tão somente a voz do acusado.

Um silêncio pleno de expectativa desceu sobre o recinto, fazendo-se ouvir somente o estalar das flamas que ardiam nos archotes portados pelas sinistras irmãs.

--- O que venho aqui pedir a vós -- disse Orestes, encarando os seus julgadores -- é que ponham um fim aos meus tormentos, libertando minha consciência, afinal, da cruel perseguição que lhe movem estas terríveis criaturas desde o dia em que, funestamente, minha mão ergueu-se contra minha própria mãe! Eis, pois, a minha negra história - completou o acusado.

“Meus tormentos começaram na terrível noite em que, ainda criança, fui acordado por minha irmã Electra, a me dizer com os olhos esgazeados:

--- Meu irmão Orestes, tome suas coisas e parta o quanto antes desta casa! Senti [*naquele instante*] que algo me arrancava brutalmente da mais amena província de

Morfeu para me lançar no mais horrendo dos abismos de Hades.

--- O que diz, Electra? - perguntei-lhe, com o sono ainda a cerrar minhas pálpebras.

--- Nossa mãe, Clitemnestra, e o odioso homem que ela tomou por esposo tramam a sua morte! - disse ela, sacudindo-me, para espantar de mim os últimos vestígios de sono.

Em rápidas palavras, explicou-me, então, que, tendo ambos tramado e levado a efeito a morte de nosso pai Agamênon, planejavam agora desvencilhar-se também de mim. Justamente aquele que, futuramente, poderia querer tirar deles uma sangrenta desforra! Bastaram algumas poucas palavras do infernal Egisto para que minha mãe, baixando a cabeça, concordasse. 'Faça o que tiver de ser feito, amado Egisto, para que nosso amor não corra perigo algum...!', dissera ela, simplesmente. - 'Eu amo você, um crime selou nosso destino, e nada neste mundo poderá nos separar! Nem mesmo nas sombras mais escuras dos mais profundos antros infernais - prometa-me!

--- Você vai permitir que nos separem...?'

Sua consciência já a remetia, insensivelmente, aos lugares de tormento e maldição; porém, ainda assim, ela persistia no seu projeto insano de continuar a viver ao lado daquele crápula! 'Oh, Afrodite Suprema, pode o amor, então, estar associado a tanta baixeza?!', perguntava-me, enquanto arrumava [todas as] minhas coisas para partir imediatamente.

Antes do dia clarear, já estava a caminho da casa de meu tio Estrófilo, rei da Fócida. Ele era casado com a irmã de meu falecido pai, e ali eu podia estar certo de minha segurança. Quanto à minha irmã, Electra, esta preferiu permanecer em Argos, pois, segundo o que ouvira [de seus informantes], imaginava não correr tanto perigo quanto eu.

Ao chegar à cidade de Fócida, fui bem recebido pelo rei e pela rainha e apresentado ao seu filho Pílates, este mesmo que aqui vem beber, com ansioso olhar, as minhas palavras.

Oh, fiel e dileto amigo Pílates! Desde então, como um irmão gêmeo, você jamais me abandonou... E mesmo neste momento de cruel provação, ainda uma vez me lança o olhar firme e leal da amizade! Que Zeus supremo, ó meu irmão - pois sempre assim o chamarei -, possa velar incessantemente pelos seus passos, em todos os dias da sua vida!"

Neste momento, Orestes, tomado pela emoção, viu-se obrigado a interromper sua narrativa, pois os próprios juízes haviam curvado as cabeças para ocultar as lágrimas. As Erínias vingadoras, no entanto, ergueram ainda mais suas cabeças aduncas.

Megera, dando um salto, arrepanhou suas tranças emaranhadas de víboras, após arremessar na direção de Orestes uma cuspida de negra bile, e em seguida passou os olhos, enojada, pelos doze julgadores:

--- Puá... Se tais são estes juízes, que ocultam as lágrimas por qualquer bagatela, que podemos esperar, irmãs, desta pantomima?

Apolo, então, que protegia a causa de Orestes, interveio:

--- E o que entendem vocês de amizade, abutres sinistros, para que emporcalhem de maneira tão vil as belas palavras de Orestes? Querem descer, então, ao nível das harpias hediondas, que empestam com sua baba, imunda tudo quanto tocam?

--- Até quando permitirá, Athená, que este protetor de assassinos desafie a justiça, esta que clama unânime pela punição deste que aí está [*diante de vós*]? - exclamou

Tisífone, interrompendo o deus e apontando o seu dedo adunco para Orestes.

--- Acabemos com esta discussão e faça-se a justiça que todo o Olimpo espera! -- bradou Aleto, a terceira das Erínias, lançando aos pés de Orestes a sua tocha ardente.

--- Basta, terei de lembrar a todos que não estamos num teatro? - disse Athená, erguendo o braço e restaurando a ordem outra vez.

--- A palavra é devolvida ao acusado.

Procure, apenas, ser mais direto em sua narração - disse ela, cochichando para Orestes. Este, recobrado, pôde, enfim, retomar a sua narração.

“Como estava dizendo, tão logo cheguei à corte de meu tio Estrófio fiquei conhecendo Pílates. Tal como eu, era ainda um garoto, e assim juntos crescemos, desfrutando das alegrias que ainda nos restavam da infância.

Os anos se passaram, e um dia, já adulto, fui impelido por Pílates a consultar um oráculo, para que esse pusesse fim, segundo ele mesmo disse, ‘aos meus rancores ou às minhas protelações.’ Fomos, então, para Delfos e ali escutamos o oráculo proferido por Pítia, sacerdotisa de Apolo. Este foi categórico no sentido de que eu devia, a qualquer custo, vingar a morte de meu pai, Agamenon, expulsando para as regiões infernais o infame usurpador, bem como junto com ele, minha desgraçada mãe. Partimos, então, imediatamente, eu e Pílates, para Argos, a minha terra natal.

Depois de vários dias longos de viagem, chegamos finalmente, sujos e cansados - pois íamos a pé, como qualquer um, para não levantar suspeitas -, à minha terra. A primeira coisa que fizemos foi ir logo ao túmulo de meu pai, para reverenciarmos a sua alma.

Lá chegando encontramos apenas uma jovem, que trazia a cabeça coberta por um véu, a qual não deu pela

nossa presença. Sem me importar com ela, deposei um cacho de meus cabelos sobre a tumba, tomado pela emoção. Alguns instantes depois, no entanto, ela voltou-se para nós, ainda com o rosto velado, e disse:

--- Não sabem, intrusos, que o acesso a este local é vedado a estranhos? Pílades, que sempre teve melhor presença de espírito que eu, improvisou logo esta resposta engenhosa:

--- Perdão, jovem, mas, somos estrangeiros. Sem sabermos de tal proibição, julgamos que seria um ato de piedosa devoção virmos, antes que tudo, reverenciar a memória do falecido rei.

A moça, contudo, em vez de continuar a nos recriminar, descobrira a cabeça e, fora de si, me disse:

--- Benditos sejam os deuses! Será mesmo meu irmão Orestes quem tenho agora diante dos olhos?

Imediatamente reconheci naqueles jovens e belos traços a figura de minha querida irmã Electra! E antes que pudesse responder vi-me em seus braços, num pranto incontido. Disse-lhe, então, após fazer o relato daqueles anos todos de nossa ausência recíproca, da razão de minha vinda. Ela concordou prontamente com meu plano de matar os assassinos de meu pai, pois não deixara um instante de nutrir um ódio profundo, tanto por Egisto quanto por nossa mãe. Assim, ocultou-nos em sua casa - pois não morava mais no palácio -, e ali planejamos todos os passos para a concretização de nossa vingança.”

“Alguns dias depois”, recomeçou Orestes, em seu depoimento, “fomos eu e Pílades até o palácio real e nos fizemos anunciar como dois arautos do reino de meu tio.

--- Temos uma triste notícia a dar sobre o filho de Clitemnestra -- disse Pílades, que segurava, de maneira enigmática, uma grande caixa dourada.

Os dois não tardaram a aparecer. O primeiro a surgir foi o assassino de meu [*amado*] pai. Trazia o ar francamente esperançoso, pois havíamos plantado em seu coração, com nossas calculadas palavras, a certeza de que trazíamos a notícia de minha morte.

Em seguida, surgiu minha mãe, Clitemnestra.

Que dizer do aspecto que trazia, então, em seu rosto? Como negar que, suspeitando de minha morte, não tivesse o direito de ostentar em seu rosto a piedade materna?

Oh, desde aquele dia não tenho pensado em outra coisa. Mil vezes, em pensamentos ou em sonhos (que digo?, em meus pesadelos!), revi e continuo a rever suas feições estranhamente familiares. Posso reconstituir um a um o desenho de seus traços, desde o conjunto amplo do seu rosto até os seus menores gestos: o franzir de sua boca, o brilho dúbio de seus olhos - tudo, tudo! Dêem-me um carvão ou um bloco de mármore, e os reproduzirei todos, tais quais os vi, então! - e, no entanto, não saberia dizer, ainda neste instante, o que eles expressavam ou escondiam!

Diferentemente de Electra, ela não me reconhecera.

Mais um sintoma de sua indiferença por mim? Ou talvez meu rosto não fosse mais o de um filho? Pode, então, um filho que germina durante longos anos no espírito a idéia de matar a sua mãe trazer ainda algo nas feições que o indique como tal? Pode uma mãe que um dia desejou a morte do filho pôr os olhos nele sem que seu coração se parta em dois? Seríamos, mesmo, ainda mãe e filho - ou já dois estranhos, que se defrontavam para um acerto final?

Só sei que quando dei por mim escutava a voz familiar de meu amigo Pílates, a qual me soava, entretanto, como que vinda de um sonho:

--- Os maus fados abatem-se novamente sobre esta casa, pois eis que trazemos nesta urna as cinzas de Orestes, filho de Agamenon.

Nesse instante, meus olhos, temendo ver a alegria estampada nos grandes olhos de minha mãe, desviaram-se involuntariamente e foram parar no rosto do impostor, o qual, eu tinha certeza, não conseguiria ocultar a satisfação.

Com efeito, vi imediatamente seus olhos brilharem. Em seguida, recuperando mal e porcamemente o seu cinismo habitual, dirigiu-se a nós outra vez, velando, porém, a voz:

--- São verdadeiramente funestas as novas que nos trazem... Depois, voltando-se para Clitemnestra, gemeu sordidamente:

--- Oh, Clitemnestra, que dia aziago é este, que Zeus nos anuncia? Não podendo, então, suportar por mais tempo essa farsa abjeta, Pílates abriu a caixa que mantinha em suas mãos, sem, no entanto, permitir que os olhos dele vissem-lhe o conteúdo. Maldito cão infernal! Se tivesse continuado a nos olhar, teria visto luzir, então, em nossos rostos, o reflexo do aço dos punhais.

Enquanto os dois assassinos entreolhavam-se, simulando um luto atroz, Pílates sacou da caixa o seu punhal, me estendendo rapidamente o outro. E quando o rei e a rainha dirigiram outra vez para nós os seus olhares, nos encontraram já de armas em punho.

--- Mas... o que é isto? - exclamou o usurpador.

Pílates, então, sem dar uma única chance para o adversário, enterrou com toda a força o ferro no seu coração. Em seguida retirou-o do peito de Egisto, que cambaleou para trás, já com a fronte gelada pela mão da Morte. Quando caiu ao chão vomitava um sangue negro, que cobriu inteiramente todo o seu peito infame, agora descoberto.

Ouvi um grito sufocado - um terrível e mudo grito! - que as duas mãos de Clitemnestra foram insuficientes para abafar.

--- Orestes, faça agora o que lhe cabe! - gritou-me Pílates.

Levantei meus olhos do corpo retorcido do vilão e finalmente defrontei meus olhos com os de minha mãe.

Oh, sim, éramos mãe e filho, embora ao nosso jeito!

--- Você... meu filho... Orestes... -- gemeu ela, branca como o mármore que pisava.

Nada respondi, nem tentei justificar o ato que estava prestes a cometer. Um tal ato traz a sua própria justificação. Ergui o punhal e, desde então, nunca mais vi o seu rosto. Sua voz, porém, tive de escutar uma vez mais:

--- Orestes, filho meu... Perdoe o sangue do seu sangue...

Minha mão, suspensa no ar, hesitou por alguns instantes. Mas, Pílates, enérgico, repetiu:

--- Orestes, lembre-se do oráculo! Faça o que deve ser feito!

O reflexo de algo brilhou rapidamente diante dos meus olhos. A lâmina, porém, ainda estava no alto, na mesma posição. Era a mesma. O aço brilhava, igualmente. Mas luzia nele, agora, uma mancha vermelha, que descia em vários filetes pelo metal, até alcançar o cabo de prata. Olhando para a frente, vi, então, estupefato, o corpo de Clitemnestra, rainha de Argos, estendido no chão...!

--- Está feito o que tinha de ser - disse meu companheiro e me puxou pelo braço, para me afastar daquele lugar, para sempre maldito.

Nesse instante, porém, meu entendimento se turbou, e meus olhos se nublaram. E dessa névoa funesta vi surgirem, aos poucos, à minha frente, essas odiosas

criaturas - essas mesmas que ainda agora ali se assanham, ávidas por dilacerarem meu corpo inteiro!”

A deusa Athená, entendendo que acabara a defesa de Orestes, deu, então, por iniciada a votação que seria responsável pelo juízo que condenaria ou absolveria o réu. Cada qual dos doze juízes ergueu-se de seu assento e dirigiu-se solenemente à urna de votação, acompanhados sempre pelos olhares ávidos dos demais ali presentes. Ocultamente, introduziam em uma urna uma bola branca ou preta, conforme a natureza do seu voto.

As Erínias, Criaturas Infernais, sempre inquietas, sibilavam ameaçadoramente a cada julgador que por elas passava, sempre agitando suas tochas ardentes. Apolo, que recebera Orestes em seu templo para proceder à sua purificação, consolava-o, incutindo-lhe ânimo.

Encerrada a votação, finalmente Athená começou a retirar as bolas da urna. Por seis vezes sua mão colheu de dentro bolas brancas. E, por outras seis, as bolas pretas.

--- Os juízes não chegaram a um acordo -- anunciou a deusa, laconicamente.

Orestes, angustiado, não sabia o que dizer nem mais o que esperar. As Erínias abriram suas negras asas e entoaram seu espantoso hino, no qual clamavam pelo castigo mais cruel.

Athená, a Justa, decidiu, então, proferir ela mesma o voto decisivo:

--- Meu voto será irrecorrível - disse, olhando severamente para todos -, e ai daquele que ousar empregar palavras rudes para contestá-lo!

A deusa subiu os degraus até a urna e diante dela depositou secretamente o solitário voto.

Em seguida, um dos juízes foi chamado para retirar dali o voto e proclamar a sentença.

--- Athená, deusa da sabedoria e magistrada suprema deste tribunal, decide agora pela absolvição do acusado! - disse, afinal, o juiz, retirando da urna a bola fatal.

--- Parece que se encerra, finalmente, a época cruel das selvagens punições e das terríveis expiações - disse Apolo às Erínias, com o semblante luminoso.

As três irmãs, contudo, esbravejavam, clamando contra o veredito:

--- Que ninguém invoque, nunca mais, o nosso nome! Do antigo templo da justiça restam, agora, apenas destroços! Guardem bem estas palavras, pois exatamente isto repetirão futuramente os poetas.

--- Que lhes disse, filhas do Érebo? - perguntou Athená, encerrando a sessão.

Quanto a Orestes, abraçou-se ternamente a seu amigo e primo Pílates, sabendo que consigo encerrava-se, finalmente, o horroroso ciclo de crimes em sua família.¹⁰

Todo processo de julgamento de Orestes procede-se cerimoniosamente como o instituímos até hoje, mais de vinte e cinco séculos depois: apresenta-se o réu e a denúncia, o advogado de defesa (Apolo) e as acusadoras (as Erínias), o júri (doze atenienses) e a juíza (Palas Athená, a Deusa Suprema da Sabedoria).

O argumento apresentado na defesa de Orestes por Apolo alude ao nascimento da juíza Palas Athená, ela mesma gestada nas meninges de Zeus e parida pela machadada certaíra do ferreiro divino Hephaestus. Iradas com Apolo, as Erínias vociferam e ameaçam: “Tu, jovem deus, esmagas nossa velhice, mas aguardo a sentença e contenho até lá minha cólera contra a cidade.”

Enquanto os doze cidadãos atenienses depositam seus votos na urna, a deusa da Justiça esclarece: “Serei a

¹⁰ Citado por Robert Graves, 2008.

última a pronunciar o voto. E os somarei aos favoráveis a Orestes. Nasci sem ter passado por ventre materno; meu ânimo sempre foi a favor dos homens, à exceção do casamento; apóio o pai. Logo, não tenho preocupação maior com uma esposa que matou o seu marido, o guardião do lar; para que Orestes vença, basta que os votos se dividam igualmente” (ATHENÁ).

Faz-se silêncio. Diante da ansiedade de todos os presentes, uma pausa. A deusa dá seu veredicto: “Este homem está absolvido do crime de matricídio porque o número de votos é igual dos dois lados”. Há em jogo algo mais relevante neste tribunal *in dubio pro reo*, neste tribunal da justiça e não da vingança.

Elementar que a contagem de votos tenha sido empatado: o filho é do pai tanto quanto também é da mãe. Superada a fúria cega das forças brutas da *Physis*, indiscriminadamente germinadoras, caberá à Pólis deter o caos e instaurar a ordem (a *Diké*). Nem anarquia nem despotismo! A Deusa sublinha que o bem se situa entre dois extremos e a cidade repousa sobre o acordo difícil entre poderes contrários que devem equilibrar-se sem destruir-se. A amizade mútua, a persuasão racional não se mostraram o bastante para unir todos os cidadãos numa comunidade harmoniosa. “Sobre este monte, o respeito e o terror manterão a cidade afastada do crime!” (ATHENÁ)

“Palas Athená, Athená *Poliás*, era a defensora e a garante de Atenas. Lá de cima da Acrópole, contemplando sua Cidade, transmitiu-lhe, pelos lábios de Ésquilo, seu discurso de paz, de liberdade, de justiça e de democracia. Era o fecho do julgamento de Orestes, perseguido pelas Erínias. Vencendo-as, Athená, mais uma vez, dessa feita com o escudo da razão, restabeleceu o domínio da ordem sobre o Caos, da luz sobre as trevas, do primado do *ius fori* (do direito do homem) sobre o *ius poli* (o direito das trevas).

Eis a mensagem de Pallas Athená a *seus cidadãos*:

‘Ouvi agora o que estabeleço, cidadãos de Atenas, que julgais a primeira causa de sangue. Doravante o povo de Egeu conservará este Conselho de Juízes, sempre renovado, nesta Colina de Ares. Nem anarquia, nem despotismo, esta é a norma que a meus cidadãos aconselho observarem com respeito. Se respeitardes, como convém, esta augusta Instituição, tereis nela baluarte para o país, salvação para a Cidade. Incorrupível, venerável, inflexível, tal é o Tribunal, que aqui instituo para vigiar, sempre acordado, sobre a Cidade que dorme.’”¹¹

Esta sentença que emite a Sereníssima Deusa Palas merece uma interpretação hermenêutica profunda, porque quando expressa *Cidade que dorme*, poder-se-ia entender, a Pólis que repousa na paz e isto pode abrir brechas para que, sub-repticiamente, se formem tensões nos bastidores das colunas que venham a enfraquecer as estruturas sociais até o ponto de colocar em risco toda a harmonia que se demorou longo tempo para consolidar.

A gestão é uma situação de poder que se mostra bastante complexa e por mais que se queira questionar isto, crendo que tudo se concentra em tomar decisões difíceis e isto, por si só, já basta para definir a si mesmo como um grande líder, este é erro que leva a todos estes ao buraco, porque as coisas estão muito além de decidir o que fazer e o que não fazer; elas estão definidas a partir do porquê de assim ser ou não ser e tal ação necessita de parâmetros definidos e muito transparentes, levando a pensar que nenhuma ocorrência e a atitude tomada em relação a ela

¹¹ EURÍPIDES. *As Eumênides* [485 a.C. - Cidade de Atenas (Grécia Clássica) - versos 681-706], citado por SOUZA, Junito Brandão de. *Mitologia Grega* v.1. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 29-30.

esteja isolada no tempo e no espaço. Esta condição, por si só, já coloca uma decisão [*qualquer que seja ela*] como um princípio desafiador de toda a capacidade intelectual de quem esteja à frente de algum sistema. E mais, que impactos tal atitude provocará no futuro mais próximo e/ou mais distante?

Mesmo que esta pareça uma pergunta de retórica, a sabedoria consiste nisto, na capacidade de se olhar para o futuro e tentar perscrutá-lo a partir da sua existência com determinada atitude assumida em algum momento de algum presente ou sem ela, como isto seria, como se daria a vida, a existência e que efeitos [*benéficos e maléficos*] isto provocaria sobre todos, indistintamente.

A maior inocência é crer que decisões, consideradas, em seu teor, como insignificantes, não provocam impactos violentos, daí a necessidade de ter sabedoria ao tomá-las e, nesta epígrafe está-se a assumir o sentido léxico de sabedoria como *conhecimento*. Geralmente, as decisões políticas são tomadas, com mais ênfase, na atualidade, no desejo de garantir a aceitação popular quanto aos seus governantes e não, necessariamente, visando ao bem-estar do povo. O negócio é causar impacto sobre a mente de lagarto da maioria esmagadora que, por um trabalho bem feito de engenharia social são assim transformados, para que não exijam nada de útil aos seus respectivos governos.

Entretanto, cada jogada realizada neste sentido é mais perigosa que a inércia, o que não deixa de ser uma decisão e a explicação para isto é que, ao tomar-se uma decisão, ela deixa de ser algo particular e se transforma em uma coisa pública, em uma situação de dimensões que ultrapassa o próprio ser que a tomou e aqueles que foram, diretamente impactados, para assumir-se como uma criatura que se metamorfoseia em qualquer coisa fora do controle de quem quer que seja.

O erro se concentra em crer o indivíduo de que está sempre no controle, é o de que detém experiência sobre o assunto, de que saberá a hora *certa* de atuar para deter o fluxo que a sua decisão [*pode vir a*] gerar. Somente a partir deste pensamento pueril já se mostra que aquele que tomou a decisão e assumiu-se como seu detentor soberano já é um imbecil, completamente desprovido de sabedoria, agora entendida, duplamente, como *conhecimento* e *ponderação*. Este que assim o faz, atua sem conhecimento de causa e sem ponderar a causa e seus [*possíveis*] efeitos.

Qualquer decisão é um desafio sobre si, como uma Espada de Dâmocles sempre pendurada por um fio de cabelo por sobre a cabeça e quem ignora isto, já incorreu no primeiro risco de fracasso ante a vida e não pode estar em cargos de comando. Outra situação é a de que se o indivíduo for avesso ao risco existencial, isto já faz dele uma negação ante seus pares, porque a maior aventura que o ser humano em sua jornada sobre a Terra e a da existência, o ser para fora, que, quando se transforma em vaidade, sempre acostumado a receber as honrarias por jamais cometer erros em suas decisões, já está na berlinda da sabedoria, para não dizer que esteja imerso na mais profunda condição bestial, porque comanda estruturas que se arvoram somente para seu próprio *status quo* e não em favor de seus liderados.

A governança política e este é um tópico que desafia a sabedoria popular, porque a maioria esmagadora entende política ligada, única e exclusivamente, a partidos e ações públicas, nas o fato é que, onde esteja o ser humano para além de si existe a ação política, a motivação para ações que vão além do próprio ser individual e isto exige aprimoramento do saber, do conhecer e sobre como aplicar bem este tipo de conhecimento que se adquire, não com a

experiência em si, mas, com tudo o que ela proporciona, seja para o bem ou para o mal.

O julgamento de Orestes ofereceu a primeira experiência histórica onde o réu teve toda a liberdade para expor suas motivações para o delito. A Deusa Athená, durante o julgamento, concedeu plena liberdade a Orestes [*ali, na condição de réu*] para que expusesse os motivos que envolviam sua ação delituosa, seu crime de sangue. As conclusões a que se chegou é que fora motivado por alguém, no caso sua irmã que o instigou a fazê-lo. Assim, tem-se o réu como autor do crime, porém, não como mentor intelectual do mesmo.

Neste ponto já se mostra a sabedoria superior da Deusa, porque ao permitir a exposição dos fatos, a partir do próprio acusado, passou-se a auferir a oportunidade de mensurar a dimensão de sua real culpa pelo ocorrido, cabendo aos representantes na ação penal, a considerar a dimensão da veracidade apresentada em suas palavras e, finalmente, aos juízes, emitir o juízo de valor.

Se os juízes não chegaram a um consenso sobre sua culpa ou inocência é, possivelmente, por tal direção apresentada por sua exposição. Era um criminoso, isto era um fato, porém, existia todo um conjunto de situações tangenciais envolvendo o caso e o mais impressionante era a mudança de pensamento que acontecia na Cidade de Atenas, acerca do *yus puniendi* (o Direito Penal).

Antes de a deusa Palas Athená instaurar o tribunal de Atenas, os crimes eram julgados sumariamente. O réu apresentava-se diante de um tribunal onde este permanecia dentro de um barco e apresentava sua versão dos fatos. Ao final se as pessoas que o assistiam o julgassem culpado já mergulhava nas águas e morria afogado. Era um julgamento aberto ao público e sem nenhum direcionamento, podendo o réu ser condenado muito mais pela comoção do que por um

juízo de fato. Com a instauração do Tribunal de Juízo Penal, Palas inaugura um monumento de justiça soberana sobre a cidade que permitia manter a ordem e tomar decisões mais justas e equânimes quanto aos seus cidadãos.

Este pode ser considerado como marco inigualável na história da humanidade, abrindo precedentes para que novos estudos sobre o direito e a justiça, incluso o *yus naturalis* [o *Jusnaturalismo*] sobre o qual o filósofo suíço J-J. Rousseau vai se debruçar exaustivamente, no Século XVIII e Immanuel Kant, vai ampliar as condições de entendimento sobre a justiça equitativa, no mesmo século.

Todo o direito passa pela interpretação intelectual da Filosofia e pela conjuntura político-social, esclarecendo que é a política quem vai definir as leis a que serão impostas à sociedade, na tentativa de controlar o comportamento individual. Esta é uma disputa que surge na Antiguidade bem tardia, a partir do momento em que se começa a haver as noções de convivência em grupos e que, as leis naturais (da *Physis*) já não comportam mais as condições que mostravam exigências mais complexas, pelo simples fato de que a vida se tornava complexa, i.e., introduzia-se nela elementos que não dependiam mais da simples vontade de ser ou não ser, fazia-se presente um novo componente: o outro.

Não demorou muito para que surgissem todo tipo de desavenças entre as partes e, como não havia uma ordem artificial que determinasse o comportamento dos indivíduos envolvidos direta e indiretamente, na questão, o caos, rapidamente, estava instaurado, necessitando de impor-se a ordem, obviamente, entendendo tal expressão como um equilíbrio de forma a que as partes pudessem sentir-se seguras dentro de suas possibilidades orgânicas.

Por várias vezes, ao longo da história, este equilíbrio foi destruído, mas a própria natureza o restabeleceu, porque

no estado de selvageria, primitivo, em que o homem não conhecia regras de nenhum tipo, vencia, inicialmente, o mais forte e, com o tempo, os mais fracos foram tornando-se astutos e criando estratégias de ação que os levaram a tomar o poder e implantar um tipo de tirania ainda pior que aquela que julgavam ser opressora sobre eles.

Nenhum juízo pode ser deixado ao próprio indivíduo, a fim de que delibere sobre o mesmo, porque isto leva a um estado de ação que o resultado é o caos mais intenso, porque qualquer julgamento está marcado pela emoção, pelos *pathos*, por um tipo especial de sentimento que obscurece todo o senso de interpretação da situação em si. Aqueles que estão alheios ao caso, podem até crer que, ao emitirem seus respectivos juízos estarão isentos de qualquer emoção, mas este é o maior erro a que estão condenados os julgadores de todos os tempos e em nome desta ignorância sobre como funciona o espírito humano cometeu-se grandes atrocidades e injustiças, sentenças desmedidas, penas desproporcionais aos delitos em julgamento e, uma coisa interessante é que, na óptica da lógica, se um júri não chega a um consenso sobre a culpa ou sobre a inocência de alguém, não se faz jus que seja condenado, devendo mesmo a balança pender para o lado da razão que é a aplicação da liberdade ao julgado e isto não quer dizer que a sentença atribuída seja a da aceitação de sua ausência de culpa, apenas que paira sobre todos a dúvida, a incerteza, cabendo o direito àqueles que o condenaram em juízo, o direito a buscar novas provas que possam eliminar do pensamento de seus pares a presunção de inocência a ele atribuída.

O Julgamento de Orestes é um tratado intelectual sobre a psicologia humana posta à prova em uma situação onde não existe verdade absoluta e mesmo a mais profunda crença em dado juízo, esconde uma dúvida e, não se

pretende discorrer sobre a mesma porque isto levaria a entendimentos controversos e, na maioria [*não raro, todas as vezes*], os jurados, ao absolverem um réu usarem do jargão: 'votei de acordo com minha consciência', o que não é fato, porque votou de acordo com o medo de estar errado em seu juízo e condenar alguém inocente a uma vida privada de liberdade, tornando-se o algoz de outrem. Assim, lança ao próprio réu, a sentença de ter que *conviver* com sua culpa ou sua inocência.

Este é um tratado sobre a responsabilidade humana com a verdade e a possibilidade de viver em sociedade, em equilíbrio com seus demônios mais aterrorizantes e enfrentar a ideia de culpa, esta que não abandonou Orestes, mesmo após ser absolvido de seu crime pela própria Deusa Palas Athená, em um julgamento justo.

Este julgamento representa um marco que muda, de maneira radical, toda a história do direito e suas categorias e princípios. Derruba o conceito de sociabilidade e apresenta o critério de individualidade, onde cada um tem a responsabilidade de interpretar sua condição social a partir de seu próprio juízo de valor. Orestes não escolhe a sua própria sentença; entretanto, não consegue livrar-se de sua culpa, a não ser por um tratamento psicológico intenso, posterior ao processo que o inocentou, não sem um elevado custo para a Pólis.

A Deusa cedeu as concessões solicitadas pelas Fúrias, porque do alto de sua sabedoria, sabia muito bem que uma mudança estrutural secular em uma sociedade não vai acontecer à revelia e à margem da resistência e do costume do povo, devendo que todos, sem distinção sejam educados, especialmente, que a nova geração absorva os novos ditames da justiça e da aplicação do direito subjetivo e social.

A divergência *Physis-Nomós*, atinge o seu ápice com este evento histórico-clássico-épico que mudou toda a história da humanidade e a forma como passou a ser vista os seus valores, influenciando todos os povos que vieram depois de Atenas a beber de sua cultura filosófico-literária, especialmente os romanos que criam e instituem as *Leis das Doze Tábuas*¹², em 451/450 a.n.e., a partir do *Código de Sólon*, criado em 594 a.n.e.

Se a Deusa deixa com que Orestes fosse condenado a pelas leis primitivas da Pólis, em nada mudaria sua

¹² *Lei das Doze Tábuas*: A Lei das Doze Tábuas (*Lex Duodecim Tabularum* ou simplesmente *Duodecim Tabulae*, em latim) constituía uma antiga legislação que está na origem do direito romano. Formava o cerne da constituição da República Romana e do *mos maiorum* (antigas leis não escritas e regras de conduta). Segundo relatos históricos semilendários preservados por Lívio, no início da República Romana as leis eram guardadas em segredo pelos pontífices e por outros representantes da classe dos patrícios, sendo executadas com especial severidade contra os plebeus. Um plebeu chamado Terentílio (em latim: *Gaius Terentilius*) propôs em 462 a.C. a compilação e publicação de um código legal oficial, de modo que os plebeus pudessem conhecer a lei e não serem surpreendidos pela sua execução. Os patrícios opuseram-se à proposta por vários anos, mas em 451 a.C. um decenvirato (um grupo de dez homens) foi designado para preparar o projeto do código. Supõe-se que os romanos enviaram uma embaixada para estudar o sistema legal dos gregos, em especial as Leis de Sólon, possivelmente nas colônias gregas do sul da Península Itálica, conhecida então como Magna Grécia. Como havia grandes conflitos entre patrícios e plebeus, em 451 a.C. foi criada uma comissão designada por *Decemviri legibus scribundi*, no qual foram criados os dez primeiros códigos para que houvesse uma tentativa de harmonizar os conflitos entre estas classes. Os dez primeiros códigos foram preparados em 451 a.C. e, em 450 a.C., o segundo decenvirato concluiu os dois últimos. As Doze Tábuas foram então promulgadas, havendo sido literalmente inscritas em doze tabletes de madeira que foram afixados no Fórum Romano, de maneira a que todos pudessem lê-las e conhecê-las. Conquanto seus originais tenham se perdido, os historiadores reconstituíram parte do conteúdo delas existentes, através de citações em autores dos mais diversos. Com base nestes estudos, um esboço do conteúdo das tábuas pôde ser feito.

Temas:

Tábuas I e II - Organização e procedimento judicial; **Tábua III** - Normas contra os inadimplentes; **Tábua IV** - Pátrio poder; **Tábua V** - Sucessões e tutela; **Tábua VI** - Propriedade; **Tábua VII** - Delitos; **Tábua VIII** - Direitos prediais; **Tábua IX** - Direito público; **Tábua X** - Direito sagrado; **Tábuas XI e XII** - Complementares.

Fonte: GUIMARÃES, Affonso Paulo - **Noções de Direito Romano** - Porto Alegre: Síntese, 1999.

postura ante a nova ordem que prometia para a cidade de Atenas. Sendo assim, opta por dar voz à razão prática, ainda que seu discurso seja carregado de sentimentos contra o sistema matriarcal, mas mostra que uma ação desmedida nem sempre é produto do próprio indivíduo; este pode estar sendo levado a agir, desmedidamente, por forças obscuras ao seu entendimento. E, ao juiz não cabe agir de modo arbitrário, sua missão deve estar sempre pautada na busca pela paz e pela harmonia entre os partícipes da luta laboral que sempre começa e encerra-se num ciclo imortal. Manter a justiça atenta e alerta não significa atuar com mão-de-ferro sobre todos; por vezes, é mais um processo de compreensão, porque a violência apenas é capaz de gerar mais violência e saber quando a violência é o instrumento mais indicado para aniquilar a violência é um desafio que o homem ainda não se deu conta de compreender.

Da mesma forma é o ato de agir impensadamente, simplesmente porque há necessidade de solução de algo, sem medir as consequências imediatas e futuras das causas que podem advir. A Deusa age de maneira prudente, medindo as causas e as consequências de seu ato, o que a leva a uma decisão sábia, regida pela sabedoria que lhe competia.

Pode-se ver que a Deusa não decide votar, de modo deliberado, em favor do réu, antes diz: *‘na dúvida, voto a favor do réu’*. Caso a decisão fosse desfavorável a Orestes ela não interviria na soberania do tribunal de júri. Nem ao menos quedaria aborrecida com tal resultado, tornando-se iracunda como o fizeram as representantes das forças ctônicas, prometendo toda a sorte de maldições sobre a cidade e por este motivo acordos de diversos moldes tiveram que ser feitos e concessões as mais diversas, a elas foram concedidas.

Decisões quando são produzidas em condições harmônicas produzem novas instâncias de valores para os envolvidos e a história cuida de contar as suas experiências positivas, motivando novos indivíduos; atos que, aos poucos tornam-se parte da cultura o que conflui por formar valores positivos nos cidadãos.

Uma coisa que não se pode perder de vista é que, os cidadãos seguem como visão de mundo, as formas como as decisões são tomadas pelos líderes ou por aqueles que estão na administração da República. Os comandantes, que são quem, de fato, tomam para si todas as grandes responsabilidades sobre tudo e todos e, mesmo que existam sistemas democráticos, onde o pensamento e as discussões são mais fluidas, o ponto final de cada situação é a tomada de decisão sobre os assuntos mais complexos.

Quando Sócrates é condenado, diante do Tribunal de Atenas, ele decide morrer, embora tivesse inúmeras outras opções postas à sua disposição. E, quando se analisa a história, tem-se um conjunto muito amplo de variáveis que mostra várias possibilidades de interpretação no futuro; mas, a única que coloca-o como um mártir é a decisão de acatar a decisão do tribunal, que fora a sentença de morte.

Eis a questão que se coloca: ‘Como o líder, ou aquele que detém o poder de voto decisivo, espera ser visto pela posteridade?’ Nem sempre esta preocupação particular está em sintonia com o que deseja a assembleia, por motivos diversos e, por muitas vezes, escusos, sem que, no entanto, o leve a meditar sobre o que irá fazer [*ou deixar de fazer*], porque uma decisão não se reflete somente sobre algo que executou e, na maioria das vezes, aquilo que se omitiu a fazer tem maiores repercussões negativas sobre a vida social. O grande problema é que com a implantação de um sistema de pensamento binário, onde o indivíduo somente consegue pensar em linha reta, sem perceber o

que acontece nas margens de sua existência social, tudo isto tornou-se o grande caminho para que supostos líderes, representantes políticos e gestores corruptos e sem o menor preparo técnico possam decidir, sobre os assuntos mais pesados e conflituosos, em nome de uma enorme massa de indivíduos, posando de elegantes pensadores e humanistas, doutos e dotados de infinita sabedoria.

O que aconteceu, de fato, nos últimos tempos foi a massificação do saber e com isto, a maioria de todas as interpretações tornaram-se rasteiras e superficiais, além do mais grave problema de que houve uma exigência de aceleração das respostas sobre os temas de elevada complexidade e que, via de regra, muitos deles desafiam a humanidade desde tempos históricos. Isto faz com que se proceda a comportamentos que agradem a uma massa completamente inculta e que não compreende como se dão os estudos sistemáticos sobre assuntos que não podem ser respondidos com base na expectativa de indivíduos leigos e insensatos, para não dizer que são imbecis incompetentes, ignorantes políticos e outros atributos mais pertinentes.

Para o Julgamento de Orestes, estava presidindo o evento, a própria Deusa Palas Athená, a Deusa Soberana da Sabedoria, nascida diretamente da cabeça de Zeus-Pai, aquela que determinaria a função do Poder Judiciário, arauto da nova ordem que se implantaria na Pólis, a saber a Democracia, como regime oficial e que se espalharia pelo Ocidente e mais tarde valeria as palavras de Winston Churchill (1874-1965) de que este modelo de governo não é o melhor, no entanto, não se concebeu outro melhor do que ele. A sua frase histórica é: “A democracia é a pior forma de governo, à exceção de todas as demais formas que têm sido experimentadas ao longo da história.”¹³

¹³ CHURCHILL, W., 1947, s.p.

Com esta epígrafe, Churchill externou seu desprezo pelo regime de governo em questão; mas, ao mesmo tempo, deixa em aberto a interpretação do que faria caso não o fosse assim. Ele próprio e todos os regimes que lutaram contra os sistemas ditatoriais teriam seguido o mesmo caminho, o que não é tão difícil de se fazer, considerando que primeiro se corrompe os indivíduos com conceitos belos e profundos sobre a vida e a existência; em seguida, se destrói o poder de competição de qualquer inimigo em potencial.

Nisto, os direitos vão sendo suprimidos em nome da ordem, da segurança [*nacional, jamais individual*] e muito menos em nome da moral, para em pouco tempo ter-se um único indivíduo decidindo tudo por todos e quem mostrar-se contrário a isto é eleito inimigo do povo e não da nação, o que faz com que os próprios pares eliminem o [*suposto*] insurgente.

É contra este sistema que a Sereníssima Deusa Palas Athená está lutando quando instaura o Tribunal de Ares e realiza o primeiro julgamento por crime de sangue da história. Toda uma cadência de crueldades estava posta sobre o povo que, já aceitava a tudo como parte de sua cultura e de seus valores. Romper com o sistema significou uma re-escrita da tradição de violência contra tudo e contra todos em nome de um ideal que, no fundo, significava nada mais que um ego despótico avantajado.

SOBRE O SÁBIO E A SABEDORIA

Esta é uma questão secular [*milénar até*], a de saber o conceito de sábio e de sabedoria. Sábio é aquele que possui sabedoria! Esta pode ser uma verdade para o senso comum, sem, no entanto responder à questão que continua a estrangular a todos.

Sábio é aquele que possui um amplo saber, este transformado em conhecimento útil para si e os demais que o circundam e o utiliza com a devida sapiência. Um homem possuidor de amplo conhecimento e que vivesse na mais ambiciosa vida de promiscuidade e de leviandade não importando-se com seus iguais seria um tolo. E mesmo aquele que vive na mais profunda privação do gozo da vida alegando que é correto e assim vive porque ordena os deuses é um orgulhoso, vaidoso e hipócrita escondendo-se sob um véu de puritanismo. O sábio goza a vida em sua plenitude sabendo dos seus limites como homem e como cidadão. Na concepção de J-J. Rousseau, este é o ser humano, verdadeiramente, livre.

Para Epicuro (341-270 a.n.e.), o sábio seria o homem prudente, aquele que não atribui sua sorte aos deuses, mas, embora os venere, entende que seu estado de vida depende de suas escolhas realizadas com prudência, baseada na busca do prazer e na perscrutação dos desejos. Em linguagem moderna, parece possível dizer que o sábio será aquele que assume sua responsabilidade moral sobre a sua própria existência, pois deixa de atribuir aos deuses a sua sorte ou seu azar. O sábio entende que há alguns eventos necessários (*anágken*) na natureza, outros casuais (*túches*) e outros, ainda, que dependem de nós (*par'hemás*). Ele não aceita nenhum determinismo ético, tal como subjaz à noção de destino, muito comum no mundo antigo. O homem sábio age segundo os princípios representados nas

figuras dos três macacos sábios, representados no Japão por três estátuas simbólicas, onde uma delas apresenta um macaco cobrindo com as mãos os ouvidos, outros cobrindo seus olhos e o terceiro cobrindo sua boca, o que significa:

- Há que ter sabedoria para ouvir;
- Há que ter sabedoria para ver;
- Há que ter sabedoria para falar.

A capacidade para ouvir é um ato destacado entre os humanos, porque, enquanto os sábios, primeiro ouvem, pensam, refletem, para depois responder, o idiota ataca o seu recém-eleito adversário sem dar-lhe sequer tempo para explicar-se, tão certo encontra-se de sua verdade pueril. Consegue, com isto, o afastamento das pessoas próximas a si, porque não há como dialogar com tais pessoas. Por tais motivos há que ter sabedoria para ouvir.

A capacidade para ver é algo imprescindível porque a vista pode trair o observador, bem como os valores que formam a personalidade de cada um podem oferecer objetos distintos quando observa-se uma determinada ação. J-J. Rousseau (1712-1778) dizia que cada ponto de vista é a vista de um ponto¹⁴, ou seja, dependendo do ângulo ou do lado em que encontra-se no momento o objeto observado apresenta-nos uma importância, um sentido, um valor. Por este motivo, há que ter muita sabedoria ao expressar opiniões e valores, baseados no que vimos e vemos.

A capacidade para falar é algo de extrema relevância na vida social. Muitas pessoas utilizam suas palavras como arma de combate ou simplesmente como objeto capaz de

¹⁴ Cf. ROUSSEAU, J-J. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ferir e degradar aos outros. A voz, a fala é uma capacidade de comunicação, elementos imprescindíveis na vida humana; portanto devem ser utilizados com o máximo de sabedoria visando à construção de um mundo melhor, de edificação de sentimentos e valores sociais. A fofoca, a mentira com intenções destrutivas que é o pior dos modos de utilização da fala humana continua a fazer vítimas inocentes pelo mundo afora. Por este motivo, há que ter muita sabedoria ao expressar opiniões e valores, porque nem tudo que nos convém o é bem vindo aos outros e como encontramos-nos em uma democracia, o direito de cada um vai até onde começa o direito do outro.

Em suma, a verdadeira sabedoria estaria em usufruir dos poderes naturais e artificiais que nos são concedidos com a justa moderação, com pleno juízo, sabendo como agir e o que fazer nos momentos em que a razão solicita.

Agir com sabedoria é uma das coisas mais difíceis para o ser humano, em especial para aqueles que estão imbuídos de cargos de comando, porque tem-se a ideia muito arraigada que qualquer ação que vise a ajudar ao desejo do coletivo é uma postura sábia. Eis que nem sempre a razão está com a maioria se não com ela própria, porque ocorre de uma voz produzir um coro e todos os outros somente o repetirem mais alto. A coisa mais comum em meio a grandes massas enfurecidas é a falta de razão analítica. Durante protestos quando pergunta-se a maioria dos presentes por qual motivo encontra-se imerso na massa eles respondem: “Eu não sei; passaram em frente a minha casa gritando tais e quais coisas e eu entrei no grupo e comecei a gritar também.”

Quando tal situação ocorre cabe ao responsável saber analisar com profunda calma e sabedoria quais os rumos que a situação está tomando, os objetivos traçados e a disposição da ação.

Há situações em que a mais sábia decisão se mostra em concordar com a maioria, mas tem-se que ver se isto trata-se de uma estratégia e não um ato de covardia ou mesmo de vingança velada.

Aqueles que ocupam os cargos de poder em medida atuam com a questão da justiça e sendo a justiça, um ato volitivo, Kant acrescenta: “Um princípio reconhecido como verdadeiro (e eu acrescento: reconhecido *a priori*, por conseguinte, apodíctico) nunca se deve abandonar, seja qual for o perigo aparente que nele se encontre.”¹⁵

Não se pode perder de vista, jamais, que os limites entre a justiça e a vingança são muito estreitos, tão tênues que se tornam quase invisíveis mesmo aos homens [*supostamente*] mais preparados. Isto é um risco que todos dizem estarem preparados para enfrentar de imediato, porém, quando a situação apresenta-se a eles mostram-se como criaturas selvagens, famintas, sedentas de sangue, completamente irracionais em suas ações. Como homens assim podem tomar decisões sábias e justas? Os humanos agem da maneira como pensam e sentem e nem sempre o que se pensa e o que supõe sentir mostram-se como fatores de veracidade e de sabedoria.

Neste sentido, Immanuel Kant chama a atenção para o fato de que “o que aqui se deve tão-só compreender não é o perigo de (acidentalmente) causar dano, mas em geral o de cometer uma [*grave*] injustiça: o que aconteceria se eu subordinasse o dever da veracidade, que é totalmente incondicionado e constitui nas declarações a suprema condição do direito, a um dever condicionado e ainda a outras considerações; e embora por uma certa mentira não cause na acção uma injustiça a alguém, contudo viola em

¹⁵ KANT, Immanuel. *A Religião nos Limites da Simples Razão*. Lisboa: Edições 70, 1997, p. 10.

geral o princípio do direito no tocante a todas as declarações inevitavelmente necessárias (cometo, *assim*, uma injustiça *formaliter*, embora não *materialiter*): o que é ainda muito pior do que cometer uma injustiça contra qualquer indivíduo, porque semelhante acção nem sequer pressupõe no sujeito um princípio para ela.”¹⁶

Junto com uma decisão vem a condição obrigatória de arcar com seus elementos de impacto sobre os outros [*tanto imediatamente quanto pelo futuro afora*]. Até que ponto os companheiros estão dispostos a acompanhar o líder no enfrentamento e na solução destes contrapontos que, inevitavelmente, hão de aparecer ao longo da gestão? Não trata-se de agir com medo de decidir, mas sim que a decisão deve estar embasada na mais absoluta segurança de que irá impactar o mais positivamente e o menos negativamente possível sobre a maioria dos envolvidos. A única certeza que se tem é a de que não irá agradar a todos!

Ao longo da história, os líderes, na maioria das vezes, agiram despoticamente porque assim acreditavam que podiam, uma vez que estavam imbuídos de poder legitimado. Porém, agir assim é crer que a democracia é um assunto teórico destinado aos gabinetes de cientistas políticos e não uma ação prática que deve ser exercida acima de tudo por todos os indivíduos que estejam ligados aos processos de gestão.

A justiça não é tão somente fazer o bem sempre, é muito mais que isto, é atender às demandas sociais de ordem e segurança, mas para isto é necessário ter líderes preparados para agir dentro dos moldes exigidos. Como criar tais líderes tem sido o grande desafio dos teóricos e

¹⁶ KANT, Immanuel. *A Religião nos Limites da Simples Razão*. Lisboa: 1997, Edições 70, p. 10.

expertos acerca do assunto, a única coisa que tem-se definido é que sem apoio de seus colegas, qualquer comandante está condenado ao fracasso iminente.

Sem um justo e profundo conhecimento sobre si mesmo e os processos conscientes e inconscientes é impossível a um líder tomar decisões com a devida sabedoria que determinada situação requer.

Nem sempre aqueles que mais almejam o poder preparam-se, devidamente, para assumi-lo, apenas creem estarem preparados para tal, porque em suas cabeças esquizofrênicas assim o creem. Emilè Durkheim comparava o poder à Esfinge de Tebas e sua mortal sentença: “Deciframe ou te devoro!” E se analisarmos com o devido cuidado a tal conjuntura, tem-se que esta não dizia para os jovens decifrar o seu enigma, porque ela era o enigma, haveriam que compreendê-la como parte de suas profundas [*e/ou superficiais*] existências representava ou podemos dizer que personificava o que destruía a cidade a pouco e pouco.

Todo poder entregue a sua própria governança torna-se, em pouco tempo, um monstro faminto que devora tudo a sua volta sem nenhuma gota de misericórdia. E, a partir do momento em que extinguem-se suas presas, devora a si próprio. Todos vão presumir que os líderes transformaram-se em monstros, mas, o que se vê é apenas uma parte do processo que se encerra com o verdadeiro monstro devorando o seu guia, porque da mesma forma que o cavaleiro crê que ele domina a sua montaria, assim, o poder o faz com os governantes que supõem detê-lo.

Desde tempos imemoriais que a essência do poder é tema desconhecido ao ser humano, porque tão logo tome posse dele, crê que é senhor absoluto do mesmo e, não é desta forma que funciona a coisa e se há uma situação que aguarda àquele que está no comando de uma nação ou de um grupo é a queda iminente, ou seja, com o passar do

tempo ou o poder o corrompe, consumindo-o de dentro de para fora ou o abandona, neste caso, consumindo de fora para dentro. O fato é que ninguém jamais sai incólume deste contato.

Esta é uma questão complexa e que a maioria dos comandantes se nega a enxergar, até mesmo porque, como defendem alguns pensadores, as críticas devem estar a cargo dos outros e não daqueles que estão na direção, considerando que isto poderia demonstrar fraqueza por parte do líder, gerando desconfiança na sua capacidade de gestão e liderança. No entanto, o que está-se a discutir, neste trabalho, é que votos de decisão são, na verdade [*ou deveriam assim ser*], votos pautados sobre a sabedoria, fundamentados em profundos conhecimentos técnicos e científicos.

Deixados à própria sorte da experiência que arrotam possuir os líderes de todos os tempos cometeram as maiores atrocidades e os resultados foram a revolta popular e o desequilíbrio de modo a que, décadas, quando não, séculos, mostraram-se incipientes na solução do problema. *Vide* os casos de Angola e Haiti.

Ter poder de comando sobre algo é muito diferente de deter poder de decisão sobre algo. A primeira situação se trata de uma questão de ordem e seguimento de trabalho, organização social e, como se sabe, todo empreendimento social necessita de um líder, um comandante, um gestor, alguém que responda legitimamente pelo processo. Na segunda observação, esta é uma questão ampla e que, os resultados podem demarcar uma linha que vai do presente até o infinito, perdendo-se na linha do horizonte, sem que se possa, em qualquer momento, optar por não querer mais que as coisas assim sejam, porque não há como eliminar o poder que alguns grupos costumam alcançar a partir de quando algumas decisões os favorecem sempre de forma

deliberada a fortalecê-los, sobremaneira e de tal forma que transformam-se em poderes paralelos.

Junto com o poder vêm aqueles que creem deter poder por vias paralelas, ou seja, figuras que atuam como conselheiros, mas que não entendem nada de nada, mas que se fazem de sábios, a fim de usufruir de benefícios diretos, sendo o principal deles, a manutenção do ego debilitado, porque não conseguem ou mesmo não possuem coragem para apresentar projetos sólidos à sociedade que pertença. São as piores figuras que rondam o poder, porque atuam em duas pontas, uma convencendo o povo a exigir tais e quais atitudes do governo e outra, apresentando estas exigências [*que são vaidades pessoais*], como sendo ações de caráter essencial à comunidade.

Novamente, põe-se aqui, a exigência de que o líder deva assumir as decisões com o máximo de sabedoria, a fim de não cair em armadilhas preparadas por seus mais fieis companheiros de batalha, os seus assessores diretos. A isto, vale a máxima de N. Maquiavelo, de que mantenha os inimigos longe e os amigos mais longe ainda¹⁷.

Esta é a mais sábia decisão a se tomar, o que requer cuidados, porque um líder necessita de indivíduos a sua volta nos quais possa confiar algumas tarefas que não cabem a qualquer um executar. A epígrafe acima vale para o fato de que se está trabalhando com a *Função Quadrática da Distância de Brunner*, em que quanto mais distante do objeto, maior a capacidade de enxergá-lo em sua totalidade e ainda os elementos que o compõem, que o envolvem, influenciam, direta e indiretamente.

As decisões, em especial aquelas vinculadas a assuntos mais complexos, devem ser dadas às mesmas uma distância respeitosa, a fim de que possam ser vistas e

¹⁷ MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

analisadas em maior profundidade e sob a mais ampla transparência. Nisto, já se tem que tomar decisões com sabedoria não implica, apenas ter conhecimento sobre a causa em litígio ou julgá-la com a maior clareza e objetividade, é saber quais as suas dimensões epistêmicas e gnosiológicas e como tudo isto irá impactar a vida de todos os envolvidos, a longo prazo, este o maior risco a se correr. Quando Júlio César toma a decisão de atravessar o Rubicone, somente tinha certeza de uma coisa, não haveria como voltar atrás, nem em sua decisão, nem em sua ação e somente o tempo iria dar uma resposta se havia feito a coisa certa. Tornou-se um grande líder e um grande imperador, mas, isto não foi suficiente para livrá-lo de uma morte terrível e ainda traiçoeira, armada por um complô, onde supostamente seu filho Brutus fez parte ativa e pior, por suas palavras históricas, tem-se que terminou traído e assassinado pelas pessoas de sua mais alta estima e confiança: “Até Tu, Brutus?!”

Em Atenas, Péricles toma a decisão de entrar na guerra contra Esparta e isto foi sinal de derrocada para a Poderosíssima Atenas, após 28 anos de intensa batalha. Quantas vidas perdidas em vão, em nome de um capricho?! Os biógrafos do grande Estadista dizem que deprimiu-se por causa da perda dos filhos tomados pela peste que veio da Etiópia. Mas, havia muito mais nisto, a batalha contra os espartanos apenas custou dinheiro e vidas inocentes à Pólis e nada de benefício e, possivelmente, quando viu-se privado de seus descendentes, pode compreender a dor daqueles que perderam seus filhos para um fim vão e, é aí que vai ter um entendimento erudito sobre como a sua decisão mudou negativamente a vida de inúmeras pessoas inocentes; quanta dor ele, através de sua decisão pueril, havia causado aos atenienses.

O poder não é uma coisa insólita e desprovida de sentido, sendo assim interpretada com fins de desviar a atenção do principal objeto de manutenção: a neurose do possuidor. Quanto mais tempo acumula-se no cargo de comando mais imbecil vai se tornando o indivíduo até o ponto de crer que é infalível, intocável, ou seja, que é Deus. Porém, esquece-se que o poder não está no indivíduo; do contrário, está na cadeira; aquele que a ocupa detém a soberania, porque o poder é uma coisa que transcende a efêmera existência humana, uma vez que ele é um dos responsáveis pela manutenção da ordem.

Pelo tanto, a quase totalidade dos ocupantes dos cargos de comando passam com o tempo a crer que sem suas presenças todo o sistema descaminha; não há ninguém mais tão preparado como ele e em um tempo curto ou médio encontra-se enlouquecido e acusando a todos a sua volta de conspiração contra sua pessoa e na ânsia de manter-se, *ad aeternum*, no poder, cria a ideologia que seus adversários são inimigos do povo e que, ao assumirem o comando vão eliminar benefícios conquistados com imenso esforço; logo, por este singelo e sutil motivo, devem ser combatidos, escondendo sua verdadeira intenção egoísta e ideológica.

O exercício do poder demanda autoconhecimento, uma busca constante por entendimento e compreensão acerca do mundo que o envolve e no qual intenciona viver. Por isto que a Esfinge lança seu enigma: “Decifra-me ou te devoro!” é como se dissesse: “Sou a sua ignorância, se não for capaz de compreender-me irei ganhando força até consumi-lo por inteiro.” Da mesma forma é o poder. Uma decisão que seja tomada sem a devida consciência e já incorre-se em julgamento negativo dos pares. Caso não haja um perfeito equilíbrio psicológico já é o suficiente para que vá perdendo confiança em seus julgamentos e por vezes, a

única saída que enxerga é a do uso da tirania e da prepotência.

Daí que o candidato a governar a cidade de Tebas deveria ser um homem sábio, não somente no sentido de erudição, mas que fosse capaz de suportar as intempéries que, inevitavelmente, hão de aparecer a confrontar a moral e a conduta do governante, uma vez que antes do desafio de governar a cidade com sabedoria advém o desafio de governar a si mesmo, com a devida sabedoria.

Mas, por que os seres humanos resistem tanto em si auto conhecerem? Exploram todo o universo a sua volta; desenvolvem conhecimentos os mais variados sobre todo o mundo exterior; mas, as suas experiências mais intrínsecas permanecem-lhes deveras obscuras, deveras insensatas, imensuráveis, incompreensíveis a si mesmos. Tudo para o homem quando trata-se de sua vida intrapessoal é tingido de cinza e negro; uma negação constante, uma violência desmedida contra tudo o que poderia angariar de novas conquistas em um universo encantador que somente pode ser explorado por si só.

Dizem que o homem permanece um mistério para o homem. Quando o que permanece incapaz de ser conhecido é sua vida intrapsíquica, única e individual, capaz de prender a si mesmo em uma caverna de sombras da qual jamais será capaz de libertar-se, ou por comodismo ou pela beleza do que vê ou ainda pela liberdade que possui para criar suas próprias maravilhas. Isto representando outro segredo que a mente humana guarda com tanto carinho e cuidado.

Se a ação é o que realmente define o ser humano, então o exercício do poder mostra sua face mais obscura e que poderíamos chamar de *real*. Aqueles que conseguem ou decidem manter-se à margem da insanidade provocada por sua ação extrema ao longo dos anos está a realizar um

feito maravilhoso, porém, não grandioso nem admirável, porque como todo ato de orgulho, este também cobra um preço, às vezes, demasiadamente elevado.

Não há como estar nem permanecer à margem do poder, porque sua exigência é a essência da existência, ou seja, há que por-se e há que estar em movimento constantemente, até pelo fato de que não se preconiza uma vida sem desafios e sem conflitos, estes que exigem soluções imediatas e eficientes, quando não eficazes, porque nada vai parar até que se possa pensar e refletir sobre como e porque foi acontecer de uma forma e não de outra. Os exemplos postos pela história sempre exaltam um amontoado de sobreposições que levam a compreensões equivocadas sobre os sentimentos dos atores envolvidos nos acontecimentos e como conseguiram chegar a alguma solução, nem sempre feliz para si mesmo e na maior das vezes, contando com o desprezo de todos, mergulhado em um estado de melancolia arrasador.

Muitos anos, décadas, séculos e milênios depois do ocorrido pode até parecer fácil a alguém afirmar que as decisões tomadas por aquele líder, naquele momento, foi equivocada e que deveria ter agido de outra maneira; mas, ao se realizar estudos sistemáticos fundamentados em aspectos científicos que permitam uma maior compreensão sociológica da realidade em que se deu o fato, ver-se-á que aquela decisão foi pautada na melhor das condições a que se tinha acesso de conhecimentos, logo, não pode haver juízo de valor nem positivo nem negativo, há que estudar os seus efeitos ao longo do tempo e sua influência sobre outros povos, como um objeto pacífico de estudo, nada mais.

A grande tristeza é não haver possibilidade de pegar estes *engenheiros de obras prontas* e inseri-los no exato lugar de outros, a fim de que possam saber a real dimensão de administrar situações inevitáveis que são de elevada

complexidade e tomar decisões em meio ao estado de caos instaurado. A pressão psicológica sobre chefes de nações que possuem posturas ideológicas fortes e equilibradas, não cedendo a grupelhos que vivem falando em nome da vida e do amor ao próximo, é de uma intensidade absurda, porque necessitam equilibrar ânsias e variações esquizopáticas vindo de todos os lados que tentam induzi-lo a tomar decisões sempre pautadas não em conhecimento erudito e científico, mas em palpites que são forjados sabe-se-lá-de-que-maneira e em que situações.

A ciência perdeu-se em meio a um turbilhão de pensamentos e discursos desconexos, em que os jovens são construídos a partir de um discurso e não em busca de uma condição de vida, como se este formato existencial determinasse o que se preconiza para o futuro como existência ideal. O problema se dá porque, a ciência, por si só, não produz nada, ela necessita de investigadores capazes de levar a efeito os experimentos, levantar questões e problemáticas até se chegar a entendimentos sobre a ocorrência dos fenômenos sociais e naturais. Quando se tem ali, um bando de imbecis travestidos de cientistas, todas as respostas já estão prontas e aquelas que se encontra, através de anos de experimentos é sempre a mesma que responde aos anseios do grupo que detém a norma do discurso, logo, as decisões tomadas estarão fundamentadas em interesses particulares deste grupo, não em resultados sólidos de investigações confiáveis e de longo alcance.

A ignorância sempre foi o terror dos povos antigos e a mitologia grega não deixou passar de modo indiferente esta preocupação, tanto que na conjuntura da obra *Édipo Rei*, que narra sua aventura desde antes de nascer até seu desaparecimento misterioso, Em Colona, uma de todas as suas maiores aventuras foi a derrota intelectual de um

monstro que assombrava a Pólis de Tebas. Era uma criatura terrível que se chamava Esfinge e que se aportara nos portões da cidade e estava a destruir a juventude.

A besta colocava um enigma aos jovens e aquele que não o adivinhasse era devorado por ela. Todo o enigma versava, em sua essência sobre o autoconhecimento, o conhecer-se a si mesmo, não apenas como homem, mas como cidadão, como ente parte essencial da natureza, ou seja, teria que estar em consonância com ela, como parte dela, compreendê-la para compreender a si mesmo e nada disto estava se mostrando ao alcance daqueles jovens habitantes da Pólis que, desconheciam qualquer rumo na vida, até mesmo suas próprias vidas era, nada mais que, uma negação de si mesmos.

A cada geração de imbecis, a tendência é sempre da geração que esteja no poder acusar os próprios jovens de não mostrarem interesse pelo saber e se arrotam que eles possuíam grande motivação pessoal pela busca da verdade e do desenvolvimento personológico individual e coletivo. Negam que tiveram seus pais e tutores a empurrá-los, a incentivá-los, a motivá-los e mesmo a obrigá-los a buscar seu desenvolvimento pessoal, na forma que fosse. Com esta negação, na tentativa de mostrar à geração seguinte que eram independentes e autodidatas não possibilitam que seus filhos e tutorados, aprendizes se inspirem em seus exemplos pessoais, crentes que se tornam que se eles (os seus genitores e progenitores) conseguiram, eles também conseguem e nisto se produz toda uma geração de bestas primitivas, que estarão, para todo o sempre, condenadas a morrerem estranguladas pela Esfinge de Tebas.

Esfinge é uma palavra que deriva do grego *sphingo* e quer dizer literalmente *estrangular*. E o que estrangulava a juventude naquele momento era a ignorância, aliás, que o faz até os dias atuais. E, para contrapor a ela somente a

sabedoria, que veio personificada na pessoa de Édipo, um filho há muito banido. Ele é aquela criança que o mundo deseja matar e que, milagrosamente, volta para salvá-lo de si mesmo.

Ao decifrar o enigma da Esfinge esta se precipita no despenhadeiro, suicidando. Nada mais evidente, afinal, a Esfinge representava a ignorância e Édipo, o conhecimento; ela, as Trevas, ele, a luz; Édipo, o novo, a esfinge, o velho. As duas modalidades não poderiam co-existir no mesmo espaço [*a sabedoria e a ignorância*]. Ela estrangulava qualquer inábil a responder, daí a origem do nome *esfinge*, que deriva do grego *sphingo*, querendo dizer *estrangular*. E observemos que o segundo enigma proposto pela Esfinge, ao jovem forasteiro aventureiro, versa sobre o dia e a noite, ou seja, um nasce matando o outro e este mesmo vai sendo sobreposto ao outro numa evolução sem fim, tal qual a sabedoria e a ignorância. E o mais interessante é que este evento somente é percebido pelo único animal capaz de pensar abstratamente e comunicar esta condição aos seus iguais. Aliás, esta afirmação somente é possível por causa da capacidade de comunicação de seus pensamentos complexos, o que já coloca o ser humano na condição de ser definido por Aristóteles de Estagira (384-322 a.n.e.) como um animal que pensa; mas, em nenhum momento este Mestre disse que era o único.

Eis o segundo enigma da Esfinge apresentado a Édipo: “São duas irmãs. Uma gera a outra. E a segunda por seu turno, é gerada pela primeira”. Quem são elas?” A luz do dia e a escuridão da noite!, responde Édipo. A primeira representando a sabedoria e a segunda, a ignorância. Tão logo tenha-se uma problematização, partir-se-á a buscar soluções e tão logo estas sejam encontradas outros questionamentos tomarão seus lugares, indigentemente, por toda a vida. Tão logo uma dúvida seja suprimida outra

aparecerá em seu lugar. Porém, o Conhecimento e a Sabedoria não são atributos que ficam impunes aos humanos. Ambos são como uma *túnica de Djanira*: uma vez vestida, gruda-se à pele; não sai mais! E, quando tenta-se arrancar deixa pedaços de forro, que é a curiosidade [*uma dipsomania de querer saber sempre mais, uma insatisfação infinita...*]; de que ainda podemos alcançar a plenitude do conhecimento, tal qual sempre sonhamos! Mas eis aí um paradoxo, pois, há uma infinidade de conhecimentos que nos trespassa e que se estende para trás de nós e que conhecemos uma parcela muito limitada e outra infinidade [*vítima tanto quanto nós mesmos deste passado inexorável*] que se estende à nossa frente que, verdadeiramente, ignoramos e sobre as quais alimenta-se uma expectativa vã de que algum dia, alguém será capaz de encontrar uma resposta plausível para elas.

Ao longo da história tem-se tratado tal mito como uma passagem literária; porém, guarda em seu íntimo todo um contorno de profundidade acerca do que devemos saber e do que devemos buscar saber. E se busca a fundo a mitologia diz que este monstro aterrorizava a cidade de Tebas e estava a consumir a juventude. Tem-se claro que esta consumia-se na mais absoluta ignorância, crendo estar na posse da mais elevada sabedoria. Mas, observa-se, também, que o homem que decifra o enigma mortal é alguém que desconhece a si mesmo, ignora a sua história de vida. Em nenhum momento relata ação de homens antes nem depois dele, senão suas próprias ações enquanto ser humano que o levam a compreender que suas próprias memórias o farão entender o que é colocado como questionamento.

Édipo sempre tomou suas decisões a partir do que se preconizava seu entendimento e seus valores das coisas, não raro, em muitas situações ajuíza sobre os fatos e todos

entendem como uma punição sobre si mesmo, como quando vaza os próprios olhos e quando se afasta da cidade de Tebas, consciente de que o mal somente se absterá de prejudicar aos tebanos quando de sua saída. Mesmo não tendo controle sobre seu destino, assim o crê e age de acordo com esta ideia.

Quando a Deusa Palas Athená batalha com o Deus Posídon pela posse da Ática, vencendo-o e mesmo assim, fazendo concessões, por uma questão de estratégia política, todas as suas decisões foram fundamentadas nos princípios do desenvolvimento intelectual superior do povo ateniense e após ter assumido o controle sobre a cidade jamais a mesma voltou a ser como antes, havendo festas e todas as dimensões de avanços científicos e técnicos até que se chegou a ser um esplendor para toda a história humana, intelectual-científica, que se desenvolveria depois dela, chegando a ter palavras de grandes classicistas no sentido de que tudo o que se desenvolveu nas artes e no pensamento pós-Grécia é nada mais que notas de rodapé dos textos produzidos pelos pensadores gregos.

A grande questão colocada pela Esfinge de Tebas versa sobre o homem e o que ele é, em sua essência, não durante sua existência, porque isto não interessa ao interrogante, dado que o Monstro entende que com o aspecto da cultura todo um conjunto de saberes e conhecimentos, expectativas são transmitidos às gerações seguintes na forma de uma construção intelectual profunda e transparente.

Ensinar às gerações seguintes como tomar decisões sábias carece antes de ensiná-los, antes, o caminho para se adquirir a tão almejada sabedoria e aí, volta-se aos dois sentidos semânticos do vocábulo dentro do conjunto léxico humano, a saber, deter conhecimento e saber utilizá-lo da maneira correta. Nestas duas ações pragmáticas, a geração

que precedeu a esta que está desenvolvendo e já começa a assumir o comando fracassou de modo exemplar. E isto não pode ser explicado, ainda, porque está-se a um pequeno passo de distância da ocorrência do fracasso como educadores e formadores de uma geração e esta se porta como uma criança rebelde que não sabe o porquê está fazendo birras.

Esta ausência funesta de um pesado incremento de instrução formal, onde a cultura e a tradição se impõem sobre esta geração de jovens criou um grupo de vadios que esperneiam em nome de uma verdade que desconhecem e que, para piorar não terão a oportunidade de conhecer, porque aprenderam, nas universidades, com outros mais imbecis que eles mesmos, que tudo é fluido e vai acontecendo à deriva e à revelia do esforço humano para re-construir a história da humanidade, nos espaços locais de desenvolvimento intelectual e técnico-científico.

Este tipo de pensamento criou uma geração frouxa, em todos os sentidos, incapaz de suportar as pressões do cotidiano e muito menos de por-se à frente de grandes empreendimentos sem a guarida de proteção de formas artificiais, ou seja, não tomam decisões sem que estejam protegidos pela opinião de seus pares lacaios decadentes.

A ideia de que tudo deve fazer parte do diálogo é outra sandice, porque por detrás desta ideia de dialogar está escondida a proposta cretina e satânica de concordar com tudo o que se convençione acreditar, porque assim o é, onde o reino da banalidade assume o controle total e absoluto sobre todos. Sócrates já sabia muito bem que o convencionalismo é o primeiro e o último passo para a banalidade absoluta e, mais tarde, Aristóteles de Estagira vem apresentar a dialética como forma de se chegar a avanços significativos na história, o que vem sendo negado nos últimos tempos, porque esta condição exclui o idiota do

discurso junto com seu discurso. Para estar no nível da dialeticidade hermética há que ter sabedoria, tanto para ver, quanto para ouvir quanto para falar, coisa que não convém a grupos de imbecis que se acham detentores do saber porque alguém convencionou-se que assim o é; então é!

Quando a Esfinge propõe seu enigma ao candidato está se referindo a uma criatura que é filogeneticamente e ontogeneticamente persistente no tempo e no espaço e isto não mudará porque alguém deseja ou não concorda ou, mais ridículo ainda, deseja incluir a todos em um processo de extremada complexidade, como se isto representasse a lógica existencial na natureza.

Conhecer-se a si mesmo implica em domínio sobre si mesmo, sobre as potencialidades, as fraquezas e os pontos fortes e, especialmente, saber a hora e como buscar ajuda junto a quem, de fato, apresente ter maior domínio sobre os processos intelectuais de desenvolvimento personológicos, epistemológicos e gnosiológicos. Nenhum homem alcançou a condição de sábio negando aos seus companheiros e toda a ajuda que recebeu ao longo de sua formação como ser humano. O individualismo que os gregos pregam não é o afastamento dos outros de si, é uma forma de compreensão de que se deve buscar forças *sempre* dentro de si, porque é do ego que nasce a disposição para a batalha e para a vitória.

A resposta de Édipo, ao enigma da Esfinge, versa sobre o passado, o presente e o futuro. Tal condição está ligada à memória, a história dos homens como indivíduos de direito, à filogenia e à ontogenia. Quando nega-se esta forma de ver o mundo pessoal e social tem-se uma negação da identidade e de todo o conceito histórico de homem.

Quanto ao segundo enigma, apresenta o homem em sua totalidade, ser dual, bissexual [*esta expressão aqui apresentada sob a óptica de análise de Sigmund Freud que*

afirmava ser cada humano tanto filho do pai quanto da mãe], de luz e de trevas, de ignorância e sabedoria, de amor e de ódio, movido por instintos cegos e por razão intelectual, um ser que nasce indivíduo e torna-se parte de um corpo social, mas que conserva a solidão como sua maior companheira a fim de compreender os elementos que o levam a unir-se a outros.

A maior tarefa imposta ao ser humano não é conhecer aos outros para dominá-los, mas conhecer a si mesmo para que possa dominar o seu ego e assim, encontrar o equilíbrio que tanto exige de si o *Cosmo*, a *Physis*, a *Natureza*, o *Nomós*, a *Essência Divina*, a *Vida*, a *Existência*. Isto está muito distante de ocorrer, porque se, pro acaso, em algum momento, tal acontecimento se firmasse como fato, o que a humanidade teria para buscar a fim de justificar sua permanente ignorância ante si mesma e motivos para continuar a sua barbárie contra tudo e contra todos em nome sabe-se-la-de-quê?

Édipo se reconhece como o mal para sua cidade, a mesma que tão bem o acolheu como seu líder e governante. Ele passou a amá-la de tal forma que se exila, a fim de que ela possa gozar de paz, o que não ocorre, por ter tomado uma atitude egoísta, pautado sobre si mesmo, ou seja, não conseguiu atingir o nível de conhecimento necessário sobre o homem para que suas decisões fossem as mais sábias, mesmo após ele ter partido e deixado a cidade entregue a um novo gestor e este, por sua vez, toma decisões arrogantes e termina por condenar seu filho à morte.

Este é considerado o jogo mais pesado da história humana, a saber, a própria vida, porque só se sabe se uma decisão foi boa ou ruim, acertada ou não, tomada com sabedoria ou insensatez após ter sido tomada e sua execução levada a efeito. Como disse Milan Kundera, em seu romance *A insustentável leveza do ser*, “uma vez é

única; uma vez não conta. Não viver se não uma vida é não viver nunca!”, aliás, o que se pode fazer a não ser viver a única vida que se tem se não, uma única vez? Negar-se a ela é como entregar-se a um completo estado de desolação existencial, sem que se consiga compreender o porquê o fez. Este comportamento é, também, uma decisão individual que produz resultados a longo prazo, prejudicando toda uma estrutura de vida social.

Lamentavelmente, isto é o que se tem como herança para oferecer à geração que virá, porque a aprendizagem é um fardo por demais pesado e faz-se preciso que se aprenda a aceitar o que é desprezível a cada um para se compreender o que é aceitável a cada um e daí construir uma estrutura de saber que permita o desenvolvimento da sabedoria como objeto de valor. Da maneira como se tem seguido na elaboração intelectual, o resultado será sempre o da mediocridade, onde todos serão medidos pela média e não mais por seus talentos superiores, o que elimina o desejo de melhorar cada vez mais.

Tomar a decisão de superar-se a si mesmo é a mais brutal de todas e nem sempre isto termina bem, porque o orgulho pessoal não conhece quaisquer limites e isto pode vir a transformar-se em vício insuperável, corroendo o espírito de dentro para fora. Muitos monstros, em figuras de gente, foram assim produzidos.

Charles Chaplin afirmava que “a humanidade não se divide em heróis e tiranos. Suas paixões, boas ou más, foram-lhes dadas pela sociedade, não pela natureza.”¹⁸ Porém, o grupo social somente pode conferir poder, nada além disto e jamais diz ao indivíduo como utilizá-lo de maneira correta, justa e sábia.

¹⁸ GOMES, Morgana. *A Vida e o Pensamento de Charles Chaplin*. São Paulo: Minuano, 2007, p. 32.

O homem, ao vir ao mundo não conhece os conceitos criados por alguns poucos detentores do poder que transformam tais coisas em situações cotidianas, depois em situações de domínio e por fim em condições de vida para todos que por meio da transmissão cultural de valores acabam por serem entendidas como parte de um sistema.

É possível formar o abstrato a partir do concreto, mas é impossível formar o concreto a partir do abstrato puro, ou seja, todo significado provém da existência de uma significante e nunca o contrário. De igual forma “a passagem do abstrato ao concreto não se obtém adicionando duas imagens parciais. Não se pode obter um conhecimento real dos fatos humanos [apenas] reunindo resultados parciais e deformantes de uma sociologia reificante [coisificante] e psicologista com aqueles de uma história política ou bem simplesmente positivista. O conhecimento concreto não é a soma, mas a síntese de abstrações justificadas.”¹⁹ É a construção humana produzida a partir do belo e do justo.

O símbolo mais emblemático da Maçonaria, que é o triângulo, transmite uma simbologia muito clara acerca da sabedoria. Em sua base estão representados a força e a beleza e em seu topo a sabedoria. Isto quer dizer que a força e a beleza são os elementos que conduzem para a excelência e que culminam na sabedoria, bases humanas, imperfeitas, efêmeras que conduzem à suprema base divina, espiritual, eternas, perfeitas.

A Estrela de Davi que é a representação de dois triângulos justapostos de forma invertida representa o que há de mais sublime na trindade *força, beleza, sabedoria* significando para o triângulo em sua posição normal que a força aliada à beleza conduz à sabedoria. E o triângulo

¹⁹ Lucien Goldmann. Ciências Humanas e Filosofia - “O que é a Sociologia?” s.f.

invertido representa que é da sabedoria que irradia a verdadeira força e a verdadeira beleza.

CONCLUSÃO

Agir com sabedoria é fazê-lo motivado pela razão prática e jamais agir impulsionado pela razão pura. A Razão Prática seria aquela que nasce a partir da análise e reflexão dos conflitos cotidianos inerentes a todo ser humano. Tem-se, assim, que é um instrumento de cunho empírico. Já a Razão Pura é um produto da moral, do consenso, está dada, logo, não há que discutir, bastando sua aplicação iminente por parte de quem manda e aceitação passiva por parte dos outros, que obedecem.

Sabedoria se confunde com conhecimento e com prudência e mesmo assim, só é prudente ao agir aquele que conhece os limites de sua força e da situação posta pela condição de atuação, exigências estas que se mostram paradoxais quando se ousa tomar decisões tendo como fundamento o orgulho e não a justa medida.

Comete-se as mais bizarras arbitrariedades em nome de sentimentos considerados nobres; na maioria das vezes por falta de um preparo axiológico adequado, por não querer distinguir entre aquilo que é certo ou que é errado, buscando acima de tudo saber *quem* está certo ou quem está errado. Nem sempre o que é certo para alguns será para outros e não se trata de relativismo; é algo que supera a tudo isto, é a contextualização histórica elementar dos acontecimentos. Tratá-los sem o devido entendimento e sem a devida compreensão dos fatores endógenos e exógenos que os envolvem já é, por si só, um ato de insensatez. Quem assim age, não pode ser considerado como um sábio.

A sabedoria perdeu seu foco no indivíduo depois de Sócrates. Antes deste filósofo havia o *sophós* (o sábio), aquele que dominava uma técnica e era respeitado no seu ofício como um gênio. Com sua dialética perversa, Sócrates

destrói o saber do sábio e o transforma em um suposto saber, na melhor expressão um idiota. Com isto, a sabedoria perde o seu rol de poder, porque esta somente manifesta-se por meio do discurso do sábio e uma vez que este é algo que supõe-se ser verdadeiro ou mesmo suficiente, toda autoridade baseada no saber fica sujeita a questionamentos e dúvidas. Possivelmente, por este motivo que o *Voto de Minerva* antes um voto de sabedoria veio a transmutar-se em uma ferramenta ditatorial, utilizada como último recurso dentro do jogo político.

O Voto de Minerva, literalmente, é um voto que decide, porém, não pode ser encarado como uma forma bruta e brutal de colocar fim às discussões, porque uma vez que as proíba, elimina-se, junto, a possibilidade do diálogo elucidativo. Antes que cheguem a um ponto final tem que ter em conta todo o aparato filosófico que envolve as ações humanas: os motivos e as motivações, não somente a necessidade momentânea de encerrar um assunto.

Todo assunto que se mostra muito diligente é porque falta a todos envolvidos na querela o devido conhecimento e entendimento acerca do mesmo e isto incomoda a figuras que não aprenderam a serem confrontadas e tomarem tais situações de enfrentamento como ocasiões propícias à reflexão e à maturidade intelectual.

O pensar amplo traduz-se muito mais por uma visão interiorizada que por uma capacidade de enxergar longe. Tales de Mileto dizia: “homem, conhece-te a ti mesmo” e mais tarde Platão acrescenta a esta fala a sentença “e assim, serás capaz de conhecer os deuses e o universo.” O próprio mundo interior humano é uma imensidão, ainda, incompreensível ao próprio indivíduo que diz ser seu dono. Por isto, a necessidade da reflexão, de conselhos, de amizade e bons companheiros de trabalho e luta. Para que

quando venha a ter que decidir não sinta-se solitário no que a jornada possa implicar.

Uma discussão deve ser sábia o suficiente para que permita conjecturas futuras, outras visões, possibilidades não pensadas, pelo tanto, não exploradas no momento, ou seja, ela deve promover a maturidade não somente do líder como também do grupo e todos os envolvidos, direta e indiretamente, no processo.

Por este motivo o homem deve ser educado para que aprenda a administrar seus sentimentos, não para suprimi-los. Há quem pense e mesmo acredite que razão é antítese de emoção. Isto constitui um erro crasso que conduz a uma educação deficitária, negativista que de igual forma produz homens desprovidos de senso cultural e humanitário.

Razão é uma mistura da força e coragem herdada de nossos pais e da beleza e da ternura de nossas mães, porém, não é uma herança biológica, senão, uma herança promovida pela transmissão de valores, por meio de bons exemplos. Levada, assim, a efeito caracterizar-se-ia como uma sábia educação, capaz de formar homens e mulheres cada vez melhores capacitados para gerir o Estado e suas instâncias. Na mesma proporção em que faltam indivíduos preparados para a gestão, para exercer o poder falta instituições que preparem seus membros para a sucessão e para a condução de seus ideais e tradições. Quando chega o momento de escolher um novo líder busca-se o menos despreparado e não o mais preparado, porque não houve qualquer tipo de investimento ideológico na formação do sucessor. Assim, tem-se que em muito pouco tempo os aspectos que mais foram responsáveis pela manutenção da estrutura ideológica tradicional das instituições terminam caindo, transformando-se em ruínas e escombros e, em um espaço de tempo, relativamente curto, desaparece por

completo da memória. Isto foi o que aconteceu com o Voto de Minerva. Em seu aspecto tradicional estava relacionado com a deusa Palas Athená, a deusa da Sabedoria, a razão personificada, prática, onde o juiz julgava tendo em conta uma vasta e profunda análise não somente do caso como acerca dos sentimentos dos envolvidos no processo. Agora as decisões são e estão vinculadas à economia monetária: economizar tempo é economizar dinheiro, ganhar tempo é ganhar dinheiro. O valor do julgamento pode ser medido pelo valor econômico de tempo humano investido. Porém, um valor é sempre um valor, com seu próprio peso e sua própria medida. E ordens como a Maçonaria não podem ter seus valores contaminados pelos ideais profanos. Ainda que os tempos tenham mudado, a essência das coisas mantém-se inalteradas.

As ideias humanas surgem da intensa necessidade intrínseca que o homem possui de ter uma explicação para tudo. As impressões são as formas vistas em um primeiro momento, *a priori*, sendo seguidas por um questionamento refinado levando a um possível entendimento, o que seria uma idéia, em si.

Certa feita um jovem perguntou algo ao filósofo alemão Arthur Schopenhauer (1788-1860) e ele respondeu, secamente, que não sabia. Então, o interrogante retrucou: “imaginei que um sábio como o senhor conhecesse tudo!” Ele respondeu-lhe: “A única coisa ilimitada é a ignorância.”²⁰ Por este motivo que a busca por conhecimentos é uma tarefa que segue inconstante e não pode haver descanso. As diversas pesquisas e avanços tecnológicos nem sempre podem ser confundidos com geração de novas formas de sabedoria por meio das quais os humanos podem almejar acender a uma escala superior. O saber refinado é produto

²⁰ YALOM, Irvin D. *A Cura de Schopenhauer*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

de reflexão, de busca interior de uma resposta às questões que incomodam e com a solução destas o indivíduo estará mais propenso a sentir-se mais feliz, mais realizado, mais seguro de si.

Encontrar um significado para a vida é o que leva o homem a andar sempre na perseguição de novos outros elementos. Ela, se vivida como mais um ponto qualquer no universo, como nascer, viver, morrer, está na contramão da essência que faz a manivela girar.

As perguntas que faz-se todos os dias acerca da vida e seus misteriosos elementos, em especial a loucura e a sanidade, o sentido e o valor de ser no tempo e no espaço são as dimensões que permitem oferecer algum motivo para continuar. Sem estas interrogantes todo o conjunto perde seu sentido de ser e o que sobra é tão somente uma casca vazia, desprovida de sensações e tal sujeito não pode ser considerado como um ser humano, nada mais que qualquer coisa, para não dizer 'um nada'.

Em 1954, quando Francis Crick e seu colega, James Watson, descobriram a estrutura helicoidal do DNA - Ácido Dextrorribonucleico -, este cientista exclamou: "acreditávamos que nosso futuro estava nas estrelas, mas agora já sabemos que ele encontra-se bem dentro de nós." Apesar do projeto *Homem na Lua*, o presidente Richard Nixon (1913-1994) toma a decisão de o encerrar alegando que o mesmo não proporcionou nenhum avanço à humanidade. Santa ignorância, porque somente com relação ao petróleo foram descobertos ou criados a possibilidade de mais de 5 mil derivados novos. Todos estes produtos novos estavam disponíveis na natureza; porém, na forma bruta como se apresentavam mostravam-se inútil a todos. Foi a curiosidade de homens de gênio e a aplicação de seus intelectos sobre os materiais que os tornaram possíveis e reais, em busca da realização de um sonho, antes pensado impossível.

Algo semelhante ocorre com as decisões pertinentes à vida social mais simplificada onde o que, na maior das vezes, se busca é uma construção ou a manutenção da harmonia entre os membros de uma qualquer determinada comunidade. A luta pela democracia e pela paz faz parte de todo o avanço da humanidade em prol da conservação da vida.

“Todos esses conceitos analisei criteriosamente mediante a sabedoria e pensei: ‘Estou decidido a tornar-me sábio’; mas logo notei que a sabedoria está fora do meu alcance....” (ECLESIASTES, 7:23).